

AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

Estudo Técnico Preliminar 11/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 50500.015443/2025-07

2. Descrição da necessidade

2.1 A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) é uma organização que integra a Administração Pública Federal indireta. Foi criada pela Lei nº 10.233 de 2001 e está vinculada ao Ministério dos Transportes (MT). É uma autarquia em regime especial caracterizada pela independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, além de autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira, estas últimas ressaltadas pela publicação da Lei nº 13.848 de 2019, também conhecida como Lei das Agências Reguladoras. A ANTT tem por finalidade implementar as políticas formuladas pelo Ministério da Infraestrutura, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos na legislação. Foi criada para regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de exploração da infraestrutura ferroviária e rodoviária federal e de prestação de serviços de transporte terrestre, conforme o artigo 1º do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, que regulamenta suas atividades. Tem como principais entregas a regulação, fiscalização, outorgas e prover dados e informações do mercado regulado à sociedade.

2.2 A ANTT apresenta significativa carência de mão-de-obra para a prestação de serviços de apoio técnico especializado, a fim de assessorar as mais diversas atividades-meio para a prestação de serviços adequados ao público interno e externo. Essa carência decorre, principalmente, da ampla gama de competências da Agência e se acentua em virtude de um quadro de pessoal insuficiente para realização de sua missão.

2.3 Hoje, após a realização de quatro concursos públicos, o quadro de servidores da agência conta com uma defasagem de 45,74%, contabilizando 773 vagas não providas em relação às 1.705 previstas na Lei nº 10.871/2004. Em números, das 1.705 vagas previstas em lei, encontram-se ocupadas apenas 932, representando 54,25% do total, conforme o quadro a seguir:

CARGO	VAGAS PREVISTAS NA LEI Nº 10.871/2004	VAGAS OCUPADAS	VAGAS EM ABERTO
Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres	590	304	286
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres	860	477	383
Analista Administrativo	105	55	50
Técnico Administrativo	150	89	61
T O T A L	1705	925	780

Dados GESPE de fevereiro/2025 Sei nº(33223179)

2.4 Especificamente quanto à área de comunicação social, desde a criação da Agência, foram disponibilizadas apenas 2 (duas) vagas para área, no cargo de Analista Administrativo com Especialização em Comunicação. Destas duas vagas, 1 (uma) vaga encontra-se cedida há dez anos para a Câmara dos Deputados e apenas um servidor encontra-se ativo na ANTT.

2.5 As atividades a serem desempenhadas pela contratação são consideradas de natureza continuada, acessórias ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal da ANTT, sendo passíveis de execução indireta, nos termos do Decreto nº 9.507/2018, não incluindo, em hipótese alguma, as atribuições privativas de servidores públicos.

2.6 Ressalta-se que as atribuições dos cargos da ANTT estão descritas nos arts. 1º, 2º, 3º e 4º da Lei nº 10.871/2004, que dispõe sobre os cargos de Analista e Técnico Administrativo e de Especialista e Técnico em Regulação de serviços de Transportes Terrestres, transcritos a seguir:

"Art. 1º Ficam criados, para exercício exclusivo nas autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, referidas no Anexo I desta Lei, e observados os respectivos quantitativos, os cargos que compõem as carreiras de: (...)

VIII - Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Terrestres, composta de cargos de nível superior de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres, com atribuições voltadas às atividades especializadas de regulação, inspeção, fiscalização e controle da prestação de serviços públicos de transportes terrestres, inclusive infraestrutura, bem como à implementação de políticas e à realização de estudos e pesquisas respectivos a essas atividades;

XV - Suporte à Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Terrestres, composta de cargos de nível intermediário de Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres, com atribuições voltadas ao suporte e ao apoio técnico especializado às atividades de regulação, inspeção, fiscalização e controle da prestação de serviços públicos de transportes terrestres, inclusive infraestrutura, bem como à implementação de políticas e à realização de estudos e pesquisas respectivos a essas atividades;

XVII - Analista Administrativo, composta de cargos de nível superior de Analista Administrativo, com atribuições voltadas para o exercício de atividades administrativas e logísticas relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras referidas no Anexo I desta Lei, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades;

XVIII - Técnico Administrativo, composta de cargos de nível intermediário de Técnico Administrativo, com atribuições voltadas para o exercício de atividades administrativas e logísticas de nível intermediário relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras referidas no Anexo I desta Lei, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades.

Art. 2º São atribuições específicas dos cargos de nível superior referidos nos incisos I a IX e XIX do art. 1º desta Lei: (Redação dada pela Lei nº 11.292, de 2006)

I - formulação e avaliação de planos, programas e projetos relativos às atividades de regulação;

II - elaboração de normas para regulação do mercado;

III - planejamento e coordenação de ações de fiscalização de alta complexidade;

IV - gerenciamento, coordenação e orientação de equipes de pesquisa e de planejamento de cenários estratégicos;

V - gestão de informações de mercado de caráter sigiloso; e

VI - execução de outras atividades finalísticas inerentes ao exercício da competência das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras de que trata esta Lei.

Art. 3º São atribuições comuns dos cargos referidos nos incisos I a XVI, XIX e XX do art. 1º desta Lei: (Redação dada pela Lei nº 11.292, de 2006)

I - fiscalização do cumprimento das regras pelos agentes do mercado regulado;

II - orientação aos agentes do mercado regulado e ao público em geral; e

III - execução de outras atividades finalísticas inerentes ao exercício da competência das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras de que trata esta Lei.

Art. 4º São atribuições comuns dos cargos referidos no art. 1º desta Lei:

I - implementação e execução de planos, programas e projetos relativos às atividades de regulação;

II - subsídio e apoio técnico às atividades de normatização e regulação; e

III - subsídio à formulação de planos, programas e projetos relativos às atividades inerentes às autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras."

2.7 O Decreto-Lei nº 200/67, em seu artigo 10, § 7º, diz que: "Para melhor incumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmedido da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução."

2.8 Assim, com o objetivo de evitar acúmulo e melhorar a qualidade dos serviços prestados na Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação da ANTT, terceiriza-se o serviço objeto supramencionado, que não envolve atividades especializadas ou privativas de servidores da Agência, uma vez que a contratação ora postulada, não abrange atividades típicas de servidores públicos. Destaca-se que a demanda de serviço de apoio especializado é atendida por meio do Contrato nº 01/2023, processo nº 50500.294621/2022-03. Diante de uma série de contratemplos apresentados pela empresa contratada, a exemplo de: interrupções na prestação de serviços de diárias e fornecimento de passagens aéreas, ausência de pagamento aos trabalhadores contratados, atrasos no pagamento dos benefícios, acarretando, inclusive, em necessidade de abertura de processos de penalidades pela Agência, fica demonstrado a incapacidade da empresa manter a prestação de serviços ao longo do tempo sem falhar no cumprimento das suas obrigações trabalhistas e previdenciárias junto aos funcionários, resultando, portanto em prejuízo para essa Contratante.

2.9 O que se pretende contratar são atividades de assistente técnico especializado, imprescindíveis para que a ANTT possa desempenhar, de forma qualificada, sua missão institucional, assegurando a continuidade da prestação dos serviços e agilizando o fluxo das atividades de competência desta Agência.

2.10 Todavia, ainda se faz necessário cuidar do que determina o Termo de Conciliação Judicial com o Ministério Público do Trabalho, que determina, in verbis: "A União se compromete a contratar serviços terceirizados apenas e exclusivamente nas hipóteses autorizadas pelo Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997, observado o disposto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal".

2.11 O citado Decreto nº 2.271/1997, revogado pelo Decreto nº 9.507/2018, dispõe:

"Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

2.12 A Instrução Normativa nº 05/2017 dispõe em forma semelhante:

"Art. 9º Não serão objeto de execução indireta na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional:

I - atividades que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - as atividades consideradas estratégicas para o órgão ou entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - as funções relacionadas ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

Parágrafo único. As atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias às funções e atividades definidas nos incisos do caput podem ser executadas de forma indireta, sendo vedada a transferência de responsabilidade para realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado".

2.13 Assim, a atividade de auxiliar, no seu significado puro, é de quem oferece ajuda de forma técnica a outra pessoa no seu trabalho ou contribuindo de alguma forma (assistente ou assessorando). Os serviços de assistente técnico que ora se pretende contratar compreendem atividades consideradas auxiliares e acessórias, outrora desenvolvidas por servidores cujos cargos relativos à área-meio foram considerados desnecessários, muito embora tais atividades nunca tenham deixado de ser necessárias e, em alguns casos, imprescindíveis à Administração.

2.14 A principal missão da área-meio é de assessoramento técnico operacional garantindo a operacionalização integral das atividades finalísticas (atividades atreladas às funções de Estado) de forma contínua, eficiente, flexível, fácil, segura e confiável. Para atingir esse objetivo a Administração Pública Federal busca, de forma racional e persistente, obter melhor emprego de seus recursos humanos, visando atingir a eficácia e eficiência de suas ações e metas.

2.15 Adicionando aos argumentos supracitados, o Decreto nº 9.739/2019, a vigorar diz:

"Art. 6º Para fins do disposto no inciso III do § 2º do art. 2º, sem prejuízo do disposto nos art. 3º e art. 5º, as propostas conterão informações sobre: (...) XIV - demonstração de que os serviços que justificam a realização do concurso público não podem ser prestados por meio da execução indireta de que trata o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018."

2.16 Em nosso entendimento, tal dispositivo retrata, mais uma vez, que as atribuições dos servidores da ANTT devem ser voltadas ao planejamento, supervisão, orientação, coordenação e desenvolvimento de estudos, sem usurpar o poder de tomada de decisão ou posicionamento institucional em quaisquer áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle.

2.17 Reforçando, os serviços de assistente técnico se tornam essenciais frente às demandas institucionais, restando justificada, assim, a sua necessidade. Verifica-se, pois, que os serviços objeto desta contratação não se enquadram nas "atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos" da ANTT. Nesse contexto, a falta de "assessoramento técnico" resulta em morosidade nos processos institucionais, podendo comprometer a qualidade da execução dos serviços imprescindíveis à manutenção da missão institucional desta Agência.

2.18 Desta forma, os serviços pretendidos são essenciais para melhor desempenho da ANTT frente às demandas da sociedade brasileira, no que tange ao transporte terrestre e são necessários e intrínsecos ao bom funcionamento da estrutura administrativa e fundamental ao desenvolvimento das atividades da Agência Reguladora.

2.19 Quanto à área de Comunicação da agência que está, atualmente, vinculada à Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação, suas atribuições encontram-se definidas na RESOLUÇÃO Nº 6.061, de 30 de janeiro de 2025 e na RESOLUÇÃO Nº 6.062, de 30 de janeiro de 2025, envolvendo, em linhas gerais, todas as atividades, em nível estratégico, tático e operacional, relativas à definição e implementação das políticas e programas de comunicação social da ANTT.

RESOLUÇÃO Nº 6.061, de 30 de janeiro de 2025

Art. 17. Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação compete:

I - elaborar e executar o Plano Anual de Comunicação e a Política de Comunicação da ANTT;

II - elaborar Relatório Anual de Atividades e submetê-lo à Diretoria Colegiada;

III - promover a divulgação interna e externa das atividades da ANTT e dos direitos dos usuários;

IV - coordenar e supervisionar o desenvolvimento de atividades de comunicação social e de relação com a imprensa;

V - organizar os eventos internos e externos da ANTT;

VI - promover o diálogo da ANTT com organismos e instituições visando a cooperação, por meio do estabelecimento de intercâmbio de experiências, informações técnicas, boas práticas e recursos tecnológicos;

VII - assessorar e apoiar a Diretoria Colegiada e as Superintendências nas relações com os demais órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público, nas diferentes esferas de governo;

VIII - promover a articulação interna e institucional com outros órgãos do setor público;

IX - coordenar o relacionamento institucional da ANTT com associações representativas, de classe e dos usuários, com o mercado regulado e com investidores e outras entidades privadas de interesse da Agência;

X - promover a articulação da ANTT com o Congresso Nacional;

XI - coordenar e acompanhar a tramitação e análise das propostas legislativas relativas às competências da Agência;

XII - coordenar e acompanhar as demandas de interesse dos Poderes Executivo e Legislativo, nas diferentes esferas de governo;

XIII - articular e promover a harmonização interna das manifestações das proposições legislativas em trâmite;

XIV - apoiar as unidades organizacionais nas questões relativas ao transporte internacional terrestre;

XV - coordenar as ações preparatórias, de execução e posteriores às reuniões bilaterais ou multilaterais, com o apoio das demais unidades organizacionais e com participação de entes externos;

XVI - promover e acompanhar a interlocução entre os atores públicos, internos e externos, e a iniciativa privada, no que diz respeito ao transporte internacional terrestre;

XVII - apoiar as atividades de cooperação técnica e financeira com entidades estrangeiras e o gerenciamento dos contratos com financiamento de organismos internacionais;

XVIII - elaborar, com apoio das unidades organizacionais, o planejamento da atuação internacional da ANTT;

XIX - propor, coordenar e emitir pareceres quanto aos estudos e projetos de pesquisa, em parceria com outras unidades organizacionais, entidades nacionais e estrangeiras, que visem o aprimoramento da regulação e fiscalização do transporte terrestre;

XX - assessorar a Diretoria e as unidades organizacionais nos assuntos relacionados à representação internacional; e

XXI - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Diretor-Geral." (NR)

RESOLUÇÃO Nº 6.062, de 30 de janeiro de 2025

Art. 19. A Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação possui a seguinte estrutura:

I - Coordenação-Geral de Comunicação Institucional e Publicidade, à qual compete:

a) elaborar e executar o Plano e a Política de Comunicação da ANTT;

b) elaborar o relatório anual de atividades da Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação; e

c) promover a divulgação interna e externa das atividades da ANTT e dos direitos dos usuários perante a Agência e das empresas que compõem o setor regulado.

II - Coordenação-Geral de Imprensa e Eventos Institucionais, à qual compete:

a) planejar e organizar os eventos internos e externos institucionais de iniciativa da ANTT;

b) gerir os espaços comuns de reuniões e eventos;

c) dar suporte à realização dos eventos de participação e controle social; e

d) desenvolver as atividades de comunicação e de relação com a imprensa.

III - Coordenação-Geral de Relações Parlamentares, à qual compete:

- a) prestar assessoria em assuntos correlatos à área de competência;
- b) apoiar o Chefe da Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação;
- c) exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Chefe da Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação;
- d) harmonizar e consolidar as manifestações técnicas que demandem diferentes Superintendências sobre as proposições legislativas;
- e) promover e coordenar a articulação e o relacionamento da ANTT com o Congresso Nacional; e
- f) promover e coordenar a articulação e o relacionamento da ANTT com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo Federal nas diferentes esferas de governo.

IV - Coordenação-Geral de Relações Institucionais e Estudos Avançados, à qual compete:

- a) prestar assessoria em assuntos correlatos à área de competência;
- b) promover e coordenar a articulação e o relacionamento institucional interno e externo, com outros órgãos do setor público, com associações de classe e de usuários, com o mercado regulado, com investidores e outras entidades privadas de interesse;
- c) apoiar o Chefe da Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação;
- d) exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Chefe da Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação;
- e) disciplinar a celebração e a gestão de instrumentos de cooperação técnica e os termos de execução descentralizada;
- f) promover e apoiar o Centro de Estudos Avançados em Regulação de Transportes Terrestres - CEARTT; e
- g) promover e coordenar a articulação e o relacionamento da ANTT com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo Federal nas diferentes esferas de governo.

V - Coordenação-Geral de Relações Internacionais, à qual compete:

- a) apoiar as unidades organizacionais nas questões relativas ao transporte internacional terrestre;
- b) coordenar as ações preparatórias, de execução e posteriores às reuniões bilaterais ou multilaterais, com o apoio das demais unidades organizacionais e com participação de entes externos;
- c) promover e acompanhar a interlocução entre os atores públicos, internos e externos, e a iniciativa privada, no que diz respeito ao transporte internacional terrestre;
- d) apoiar as atividades de cooperação técnica e financeira com entidades estrangeiras e o gerenciamento dos contratos com financiamento de organismos internacionais;
- e) elaborar, com apoio das unidades organizacionais, o planejamento da atuação internacional da ANTT;
- f) propor, coordenar e emitir pareceres quanto aos estudos e projetos de pesquisa, em parceria com outras unidades organizacionais, entidades nacionais e estrangeiras, que visem o aprimoramento da regulação e fiscalização do transporte terrestre; e
- g) assessorar a Diretoria e as unidades organizacionais nos assuntos relacionados à representação internacional.

2.20 Com equipe própria, as Coordenações Gerais da Assessoria Especial tem trabalhado no desenvolvimento de suas atribuições e nas políticas de comunicação, especialmente em termos de imagem institucional tanto para o público externo quanto para o interno. No entanto, diante de sua multiplicidade de competências, da atuação totalmente descentralizada e com abrangência nacional da ANTT e da equipe reduzida da Assessoria, um dos grandes desafios da Agência é ter a capilaridade, representatividade e cobertura em todo país, para fazer com que a sociedade perceba seu papel de regulador e fiscalizador dos diferentes modos de transportes terrestres, informar sobre suas ações e se aproximar do seu grupo de interesse: os usuários dos serviços de transportes terrestres, concessionárias, investidores, servidores, imprensa e organismos governamentais e não governamentais.

2.21 Assim, diante desses limitadores e para que a Assessoria possa cumprir adequada e tempestivamente suas competências, faz-se mister a contratação de mão de obra exclusiva para prestar apoio técnico às atividades previstas no presente Estudo Técnico Preliminar, possibilitando uma comunicação integrada, capaz de dar suporte aos serviços executórios relativos à área de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação social, possibilitando o apoio no cumprimento dos preceitos constitucionais de transparência pública e, em especial, da Lei de Acesso à Informação, fortalecendo os mecanismos de diálogo de interesse público para o exercício da cidadania.

2.22 Importante destacar que o objeto a ser contratado já foi analisado pelo **Tribunal de Contas da União (TCU)** no **Acórdão nº 884/2023 – TCU – 1ª Câmara SEI nº(33223174)**, que tratou do **Pregão Eletrônico nº 36/2022**, promovido pela **Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)** para a **contratação de apoio a serviços técnicos especializados em atividades de competência regimental da Assessoria Especial de Comunicação**. O Tribunal reconheceu que a prestação dos serviços contratados tem caráter de **apoio técnico**, sem se confundir com serviços de comunicação institucional, conforme definido pela **Lei nº 12.232/2010**. Além disso, verificou que a descrição do objeto no Termo de Referência atende aos requisitos da **Lei nº 14.133/2021**, que define serviços comuns como aqueles cujas características e padrões de desempenho podem ser **objetivamente descritos no edital**, permitindo, assim, a **contratação via pregão eletrônico**. Dessa forma, a presente contratação segue os mesmos parâmetros já analisados pelo TCU, garantindo a **regularidade do procedimento e a aderência aos normativos vigentes**.

Dimensionamento da força de trabalho necessária

Considerando as restrições orçamentárias impostas à ANTT pelo Decreto nº12.477/2025, as quais determinaram uma redução de cerca de 40% no valor previsto para as despesas de custeio, justifica-se a necessidade de reduzir a quantidade de postos dimensionada no Documento de Formalização de Demanda (SEI nº 30701594), atualizando um novo Documento de Formalização de Demanda (SEI nº 34641972). Tal redução ocasionou a supressão de postos a partir de julho/2025 já no contrato nº 01/2025 de apoio especializado vigente.

A mencionada redução no quantitativo de postos representou uma alternativa excepcional e necessária de ajuste em relação ao novo patamar orçamentário imposto à ANTT, não se configurando em uma quantidade ideal para atendimento das demandas conforme estimativa anterior para a contratação proposta.

Importa salientar, ainda, que as Despesas Eventuais, inicialmente definidas com base no histórico de utilização, também precisaram ser reduzidas a um valor mínimo necessário ao possível atendimento de demandas imprescindíveis.

Desse modo, segue quantidade de postos, conforme tabela abaixo:

FORÇA DE TRABALHO NECESSÁRIA	
POSTOS DE TRABALHO	Quantidade
Assistente Técnico Sênior	4
Assistente Técnico Pleno	4
Assistente Técnico - Operador de Audiovisual	2
Assistente Técnico - Fotógrafo	1
DESPESAS EVENTUAIS	
Deslocamento Aéreo	12
Diárias de passagem	42

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Comunicação Institucional e Publicidade	LUÍS ALBERTO DE AQUINO AGRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

JUSTIFICATIVA PARA NÃO UTILIZAÇÃO DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO

4.1.1 O Catálogo Eletrônico de Padronização, disponibilizado e gerenciado pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, tem como objetivo a padronização de itens (bens eserviços) a serem contratados pela Administração Pública, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133, de 2021, epela Portaria Seges/ME nº 938, de 2022. O catálogo é utilizado para facilitar a licitação de itens com critérios de julgamento baseados no menor preço ou maior desconto, além das contratações diretas previstas na legislação.

4.1.2 No entanto, ao consultar o Catálogo Eletrônico de Padronização, observa-se que os serviços necessários para a presente contratação não estão previstos ou padronizados, limitando-se às opções de itens como café, açúcar eágua mineral sem gás, conforme consulta realizada no site <<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>>:



Água mineral natural,
sem gás



Café e açúcar

4.1.3 Diante disso, não é possível utilizar o catálogo para este caso específico, uma vez que ele ainda não contempla os serviços com dedicação exclusiva de mão de obra a serem contratados.

4.1.4 Em razão disso, a contratação será realizada por meio de processo licitatório adequado, respeitando as disposições legais e visando atender às necessidades específicas da Administração de forma eficiente e conforme as normas vigentes.

4.1.5 Essa justificativa fundamenta-se na ausência de previsão no catálogo eletrônico para os serviços demandados, garantindo a legalidade e a adequação do processo licitatório.

4.2 Constituem os requisitos da contratação a comprovação pelo licitante vencedor que:

- I. possui aptidão para a prestação dos serviços em característica, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- II. tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;
- III. não esteja cumprindo pena de proibição de licitar ou contratar com o Poder Público de qualquer esfera governamental.

4.3 Os serviços descritos no objeto da requerida contratação possuem natureza contínua, de acordo com o art. 15 da IN nº 05/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

"Art.15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional."

Sustentabilidade

4.4 Em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece diretrizes para as contratações públicas e reforça a importância da sustentabilidade nas aquisições e contratações da Administração Pública, e em observância ao Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta a aplicação de critérios de sustentabilidade nas contratações, bem como à Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MPOG e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, disponível no site da AGU, apresentamos abaixo as práticas de sustentabilidade que deverão ser seguidas pela futura empresa contratada:

- I. Implementar práticas de redução do consumo de papel, utilizando o padrão frente e verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilizar preferencialmente a fonte ecológica recomendada pela Advocacia-Geral da União, disponível para download no seguinte endereço eletrônico: www.agu.gov.br/ecofont;
- II. Orientar seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para a redução do consumo de energia elétrica e água, bem como para a minimização da produção de resíduos sólidos, observando as normas ambientais vigentes;
- III. Prever e executar a destinação ambientalmente adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis utilizadas por seus empregados nas dependências da Contratante, conforme disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;
- IV. Respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos e demais diretrizes técnicas aplicáveis;
- V. Orientar seus empregados para a destinação correta dos resíduos recicláveis, garantindo que sejam descartados nos coletores apropriados existentes nas dependências da Contratante, em conformidade com as normas ambientais vigentes.

4.5 Em razão da natureza dos serviços que deverão constituir objeto do contrato, não haverá necessidade de transferência de conhecimentos, tecnologias ou técnicas empregadas na sua prestação. Entretanto, caberá a ANTT:

- a) O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à contratante distribuir, alterar e utilizar estes sem limitações; e
- b) Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, bem como de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, incluindo imagens, áudios e vídeos, mesmo que produzidos por terceiros subcontratados, são de titularidade da Contratante. Fica proibida sua utilização sem autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

4.6 O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é a seguinte:

- **Para o posto de trabalho denominado "Assistente Técnico Sênior": CBO código 4110-10;**
- **Para o posto de trabalho denominado "Assistente Técnico Pleno": CBO código 4110-10;**
- **Para o posto de trabalho denominado "Assistente Técnico-Operador de audiovisual": CBO código 3731-30;**
- **Para o posto de trabalho denominado "Assistente Técnico - Fotógrafo": CBO código 2618-05.**

4.7 Ao longo da contratação poderão ocorrer deslocamentos para acompanhamento dos Diretores em atividades e vistorias "in loco", cujas solicitações ocorrerão mediante demanda da ANTT.

4.8 O licitante vencedor do pregão eletrônico deverá, antes da celebração do contrato, assinar Declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para prestação do serviço. Uma vez assinada, referida Declaração será entregue ao setor responsável pela condução do processo licitatório da Contratante, para sua juntada ao processo administrativo que instrui pregão.

4.9 As obrigações da Contratada e da Contratante estarão previstas no Termo de Referência.

Padrões mínimos de qualidade

4.10 Os serviços contratados para apoio especializado Assistente Técnico Pleno e Assistente Técnico Sênior, bem como de Assistente Técnico - Operador de Audiovisual e Assistente Técnico - Fotógrafo deverão atender a padrões mínimos de qualidade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa nº 05/2017 e pela Lei nº 14.133/2021.

4.11 Esses padrões asseguram a eficiência e a adequação dos serviços às necessidades da ANTT, com foco na continuidade e na qualidade do atendimento. A contratação deverá garantir a prestação dos serviços com qualidade suficiente para atender às necessidades da ANTT. Critérios mínimos de desempenho serão definidos para que os serviços sejam realizados de maneira eficiente, sem que sejam adotados requisitos excessivos ou dispendiosos, observando, dentre outros, os seguintes requisitos:

- a) **Qualificação e Experiência Profissional:** compatível com a função que desempenharão, atendendo aos requisitos de qualificação profissional especificados no termo de referência. Esses requisitos buscam assegurar que os colaboradores possuam habilidades e conhecimentos necessários para desempenhar suas atribuições com competência e autonomia, alinhados aos padrões operacionais da ANTT.
- b) **Capacitação e Treinamento:** Especialmente quanto a procedimentos internos, segurança da informação, proteção de dados e atendimento ao público. Os treinamentos visam manter a equipe atualizada e preparada para responder de forma eficaz às necessidades da ANTT e devem ser compatíveis com as exigências da LGPD e das normas de segurança da informação em vigor.
- c) **Pontualidade e Eficiência no Atendimento:** Os profissionais alocados deverão demonstrar pontualidade, presteza e cordialidade no atendimento a usuários internos e externos, mantendo a imagem institucional da ANTT.
- d) **Cumprimento de Normas e Procedimentos de Segurança da Informação:** Todos os colaboradores deverão observar rigorosamente os protocolos de segurança da informação e confidencialidade estabelecidos pela ANTT. A empresa contratada deve garantir que seus colaboradores conheçam e apliquem as normas relacionadas à proteção de dados pessoais, ao acesso restrito a documentos e informações sensíveis, em conformidade com as diretrizes da LGPD e com a política interna de segurança da ANTT.
- e) **Fardamento e Apresentação Pessoal:** Os profissionais deverão apresentar-se de maneira adequada, em conformidade com as diretrizes da ANTT, utilizando fardamento ou identificação, quando exigido. Esse padrão visual contribui para a uniformidade e o profissionalismo no atendimento, mantendo a coerência com a imagem institucional da ANTT.
- f) **Garantia de Substituição e Cobertura de Faltas:** A contratada deverá garantir a substituição imediata de colaboradores ausentes ou que apresentem desempenho abaixo dos padrões mínimos estabelecidos, dispensando-se tal obrigação somente nos casos em que a unidade entenda não ser necessária a substituição. Essa medida visa assegurar a continuidade dos serviços, minimizando qualquer impacto negativo sobre o funcionamento das unidades.
- g) **Respeito às Normas de Saúde e Segurança do Trabalho:** A empresa contratada deverá observar as normas de saúde e segurança no trabalho, fornecendo condições adequadas para o desempenho das funções, conforme as exigências das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

4.12 Será firmado entre o órgão/entidade e a empresa contratada, ou o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

4.13 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Uniformes

4.14 Não haverá necessidade de fornecimento de uniformes pela contratada, apenas o crachá de identificação do colaborador, com o respectivo posto de serviço e identificação da empresa.

Férias dos funcionários

4.15 A contratada deverá apresentar ao fiscal do contrato uma planilha de programação de férias a cada encerramento de período aquisitivo.

4.16 Em conformidade com o art. 3 do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, a contratada deverá assegurar aos colaboradores a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço.

4.17 As férias devem ser comunicadas, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência aos funcionários, obedecendo o disposto pela Lei nº 7.414, de 9 de dezembro de 1985. A cópia do recibo de participação, conforme art. 135 da citada lei, deverá ser encaminhada ao fiscal do contrato nos documentos de medição e faturamento.

Preposto

4.18 A Contratada deverá, durante todo período de vigência do Contrato, manter um preposto com fins de representá-la administrativamente sempre que necessário e gerenciar operacionalmente os empregados, devendo ser indicado mediante declaração, na qual deverão constar todos os seus dados necessários tais como nome completo, números de identidade e CPF, endereço e telefone residencial e celular, além dos dados relacionados a sua qualificação profissional, entre outros.

4.19 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade. O preposto deverá ter escolaridade compatível com a função, demonstrar liderança, responsabilidade, iniciativa, discernimento, organização, flexibilidade, fluência verbal e escrita.

4.20 A Contratada não necessitará manter o preposto da empresa no local de execução do objeto, no entanto, faz-se necessário o seu comparecimento, ao local de prestação dos serviços ou sempre que requisitado pela gestão ou fiscalização do contrato.

4.21 A Contratada deverá instruir seu preposto quanto a necessidade de atender prontamente qualquer solicitação da Contratante, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações deste inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, e devendo ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas na execução dos serviços contratados.

Mecanismos de controle interno para riscos de descumprimento de obrigações trabalhistas

4.22 Em cumprimento ao §2º do art. 18 da IN/SEGES 5/2017, opta-se pela utilização da Conta Depósito Vinculada bloqueada para movimentação nas contratações de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra com objetivo de mitigar a responsabilização da Administração Pública, garantindo os recursos necessários para cumprimento de obrigações sociais e trabalhistas, em caso de inadimplemento da contratada durante a execução do contrato, bem como na extinção ou rescisão do contrato administrativo.

4.23 Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias em razão dos termos do Acordo de Cooperação firmado pela ANTT com a instituição financeira do Banco do Brasil.

4.24 Além da adoção da Conta Vinculada, serão adotados os seguintes controles para mitigação dos riscos trabalhistas:

a) o pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços;

b) no momento da assinatura do contrato, a contratada deverá autorizar a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista no subitem 3.1 do Anexo VII-F da IN nº 05/2017;

c) no momento da assinatura do contrato, a contratada deverá autorizar a contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos em até quinze dias dos prazos legais;

d) a contratada deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;

e) a contratada deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, ao sistema da Previdência Social, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;

f) a contratada deverá oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização;

g) quando não for possível a realização dos pagamentos diretamente pela própria Administração, os valores serão retidos cautelarmente e depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

h) somente serão aceitas propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação, em conformidade com o Acórdão TCU nº 1207/2024-Plenário e Decreto nº 12.174/2024;

i) a contratada deverá cumprir às normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

j) com a finalidade da erradicação do trabalho análogo ao de escravo e do trabalho infantil, a contratada não poderá:

- submeter trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- utilizar qualquer trabalho realizado por menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente; e
- submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

k) a contratada e a ANTT deverão recepcionar e tratar as denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho; e

l) haverá responsabilidade solidária da empresa contratada por atos e omissões de eventual empresa subcontratada que resultem em descumprimento da legislação trabalhista.

Subcontratação

4.25 Dada a natureza essencial dos serviços e a necessidade de padronização e qualidade consistente, a subcontratação não será permitida, sendo necessário que a contratada assuma a execução integral das atividades, garantindo atendimento pleno aos requisitos de qualidade e conformidade regulamentar.

Garantia de execução

4.26 Será exigida garantia de execução no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor anual do contrato conforme motivos expostos abaixo.

4.27 A exigência de uma garantia contratual no valor de 5% do contrato para a prestação de serviços de apoio especializado para a ANTT em Brasília se fundamenta no art. 98 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017. Esta garantia visa mitigar riscos inerentes à execução do contrato, proteger os interesses da Administração e garantir a qualidade da prestação dos serviços essenciais.

Vistoria

4.28 Não haverá necessidade de realização de avaliação prévia do local da execução dos serviços pela natureza dos serviços contratados e pelas características do objeto, considerando que as informações relevantes para a execução das atividades podem ser adequadamente detalhadas no termo de referência e no edital, dispensando a necessidade de inspeção presencial.

Instalação de escritório

4.29 Para a adequada execução dos serviços a serem contratados e pela quantidade de postos, a Contratada deverá possuir escritório instalado, com estrutura administrativa mínima, na cidade Brasília/DF, a fim de promover agilidade na operacionalização do contrato, e assim receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos empregados, mitigando qualquer risco referente aos custos de responsabilidade trabalhista subsidiária para a ANTT.

Sustentabilidade Social

4.30 Importante ressaltar também, que para a presente contratação, por se tratar de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, são aplicáveis também requisitos de sustentabilidade social, com a adoção de práticas de gestão que assegurem aos profissionais alocadas direitos legalmente previstos, bem como obrigações para com a contratante. Dentre as práticas a serem adotadas pela CONTRATADA, destacam-se:

- a) Proibição de atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual, idade ou estado civil na seleção de empregados no quadro da empresa;
- b) Conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- c) a contratada deverá cumprir às normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- d) com a finalidade da erradicação do trabalho análogo ao de escravo e do trabalho infantil, a contratada não poderá:
 - d.1) submeter trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

d.2) utilizar qualquer trabalho realizado por menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente; e

d.3) submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

e) a contratada e a ANTT deverão recepcionar e tratar as denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.31 A dimensão da sustentabilidade social promove, portanto, o equilíbrio social, reduzindo a pobreza, fomentando o bem estar social, os direitos fundamentais de cidadania, a inclusão e responsabilidade social, o empoderamento e inclusão de minorias (pessoas com deficiência -PCD's, indígenas, mulheres, negros, pessoas de baixa renda, idosos e população LGBTQIAPN+), o aumento da equidade intra e intergeracional e a aptidão para o desenvolvimento das potencialidades humanas. A presente contratação traz, dessa forma, importantes contribuições socioeconômicas locais, ao promover a sustentabilidade social no entorno da localidade da contratação, com maior geração de empregos locais, utilizando profissionais da região.

Da aplicabilidade do Decreto nº 11.430/2023

4.32 A presente contratação observará as disposições do Decreto nº 11.430/2023, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021 para implementar ações voltadas à inclusão social e à promoção da equidade de gênero no âmbito das contratações públicas. Este decreto estabelece:

a) Exigência de Percentual Mínimo de Mão de Obra de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica:

4.33 Nos termos do decreto, o edital poderá prever cláusula que exija da contratada a alocação de percentual mínimo de mulheres vítimas de violência doméstica entre a mão de obra utilizada na execução do contrato. Esta medida visa contribuir para a inserção social de mulheres em situação de vulnerabilidade, promovendo sua autonomia econômica e o rompimento do ciclo de violência.

4.34 As vagas reservadas incluem mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 11.340, de 2006, e serão destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas, observada a proporção de pessoas pretas e pardas na unidade da federação onde ocorrer a prestação do serviço, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Conforme o último Censo realizado pelo IBGE (2022), no Distrito Federal a proporção de mulheres pretas e pardas é de 5,20% e 25,16% respectivamente, totalizando 30,36%.

b) Critério de Desempate em Licitações:

Em situações de empate, o decreto prevê a utilização de ações voltadas à promoção da equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate. Será valorizada a atuação dos licitantes que apresentarem práticas efetivas para a igualdade de gênero, tais como:

I - medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

II - ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

III - igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

IV - práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

V - programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

VI - ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

c) Condições para Implementação:

Quanto a previsão de reserva de vagas, devem ser atendidas duas condições:

a) contratação com quantitativos mínimos de vinte e cinco colaboradores (§1º, art. 3º do Decreto nº 11.430/2023);

b) existência de acordo de cooperação firmado entre o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e o Ministério das Mulheres, com a unidade responsável pela política pública de atenção a mulheres vítimas de violência doméstica (§5º, art. 4º do Decreto nº 11.430/2023).

Esclarecemos que as duas condições apenas serão atendidas quando a quantidade de postos superar o limite mínimo de 25, o que não se aplica na presente contratação. Importante destacar o acordo de cooperação firmado entre o MGI/MM e a Secretaria de Estado da Mulher no Distrito Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc/reserva-de-vagas-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica/estados-parceiros/acordos-e-planos/df>).

Sendo assim, deverá ser previsto o emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, em percentual mínimo de oito por cento das vagas.

Quanto aos critérios de desempate, deve ser atendida a seguinte condição:

a) publicação de Ato do Secretário de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos que disporá sobre a forma de aferição, pela administração, e sobre a forma de comprovação, pelo licitante do desenvolvimento das ações de equidade (§1º, art. 5º).

Esclarecemos que até o momento não foi publicado tal ato pela SEGES/MGI, de modo que restaprejudicada a previsão de critérios de desempate relativos às ações de equidade definidas no Decreto nº 11.430/2023.

d) Implementação, Monitoramento e Fiscalização:

Durante a execução do contrato, deverão ser observados os procedimentos do fluxo de implementação estabelecidos no Caderno de Logística - Implementação de Decreto nº 11.430/2023.

A Administração monitorará o cumprimento das disposições do decreto, com a exigência de apresentação semestral de Declaração do Cumprimento do Percentual Mínimo a ser emitida pela Secretaria de Estado da Mulher no Distrito Federal.

A aplicação das disposições do Decreto nº 11.430/2023 nesta contratação reflete o compromisso da Administração com a inclusão social e a promoção da equidade de gênero, alinhando as práticas de contratação pública aos objetivos de desenvolvimento sustentável e às diretrizes legais vigentes.

5. Levantamento de Mercado

5.1 A contratação proposta, com foco em serviços acessórios de caráter continuado e mão de obra exclusiva, se baseia principalmente no preceito do art. 10, § 7º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, para demonstrar as vantagens que o contrato pode apresentar, senão vejamos:

“Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

(...)

§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmensurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.”

5.2 Diante do exposto, verifica-se que o referido Decreto-Lei direciona a Administração Pública no sentido proposto por este Estudo, desonerando a força de trabalho da Administração dessas atividades acessórias.

5.3 Quando da realização da pesquisa de mercado, informamos que a pesquisa de preços passa a ser realizada nos termos do **art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021**, que estabelece que a pesquisa poderá utilizar, isolada ou combinadamente, os seguintes parâmetros resumidamente:

(...)

I – Painel de Preços do Governo Federal ou ferramenta equivalente; II – Atas de Registro de Preços vigentes; III – Contratações similares de outros entes públicos, concluídas ou em execução, no prazo de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa; IV – Pesquisas publicadas em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham data e hora de acesso; V – Consulta a fornecedores, por meio de solicitação formal de cotação; e VI – Base nacional de notas fiscais eletrônicas.

(...)

5.4 Desta feita, acredita-se ser o caminho mais adequado para representar a realidade do mercado de terceirização na Administração Pública, uma vez que os entes que a compõem também passaram por procedimento similar e careceram de estrutura balizadora para justificar os dados apresentados.

5.5 Foram consideradas diferentes fontes, analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

5.6 Desta feita, a contratação similar por outros entes públicos foi analisada como a mais adequada para representar a realidade do mercado de terceirização na Administração Pública, tendo em vista que grande parte dos órgãos que compõe a pesquisa também passaram por procedimento similar para justificar os dados de suas contratações.

5.7 A **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021**, em seu **art. 5º**, estabelece que a pesquisa de preços deve ser realizada previamente à contratação, integrando os estudos preliminares, e servindo de base para a estimativa do valor da contratação para aquisição de bens e contratação de serviços em geral nos processos licitatórios.

5.8 Para esse propósito, foram conduzidas análises no Painel de Preços do Governo Federal, acessado através do Portal de Compras Governamentais, no endereço eletrônico <<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br>>.

5.9 Essas análises buscaram postos de trabalho semelhantes em termos de cargo, requisitos e responsabilidades conforme descritos neste documento. O objetivo foi estimar o valor dos cargos e determinar salários (atribuições) base que estejam alinhados com os padrões vigentes na Administração Pública Federal.

5.10 A partir da mediana dos valores obtidos da pesquisa de preço, fixou-se o salário base e estimou-se o valor unitário do posto de trabalho de cada cargo:

Salário fixado e auxílio-alimentação				
CATEGORIA PROFISSIONAL	CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES	CCT	SALÁRIO	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
Assistente Administrativo Sênior	4110-10	DF000042/2025	R\$ 10.637,96	R\$ 44,30
Assistente Administrativo Pleno	4110-10	DF000042/2025	R\$ 7.544,91	R\$ 44,30
Assistente Técnico - Operador Audiovisual	3731-30	DF000091/2025	R\$ 6.993,16	R\$ 45,60
Assistente Técnico - Fotógrafo	2618-05	DF000091/2025	R\$ 7.667,30	R\$ 45,60

5.11 Segue abaixo pesquisa realizada:

POSTO	Instrumento				Salário do Contrato vigente nº 01 /2023 (R\$)	Observação
Assistente Técnico - Fotógrafo - não necessária pesquisa	Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOSTERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001- 10, e o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMP DE RAD E TELEV NO DF, CNPJ n. 00.628.123/0001-71, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº DF000091/2025 na data de 18/02/2025, com vigência de 01/01/2025 a 31/12/2026;				R\$ 7.667,30	CBO 2618-05
Assistente Técnico - Operador de audiovisual - não necessária pesquisa	Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOSTERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001- 10, e o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMP DE RAD E TELEV NO DF, CNPJ n. 00.628.123/0001-71, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº DF000091/2025 na data de 18/02/2025, com vigência de 01/01/2025 a 31/12/2026;				R\$ 6.993,16	CBO 3731-30
POSTO	ÓRGÃO	Instrumento (Pregão)	Salário (R\$)	Média Salário (R\$)	Salário do Contrato vigente nº 01 /2023 c/ reajuste dos Assistentes técnicos (R\$)	Observação
Assistente Técnico Pleno	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	90107/2024	7.617,36	7.544,91	8.786,37	Salário do contrato vigente superior à média praticada em contratos similares da Administração Pública.
	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	90015/2024	7.500,00			
	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	90005/2025	7.868,08			
	ANTT	90017/2024	7.194,21			

Assistente	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	90107/2024	10.551,92	10.637,96	11.003,35	Salário do contrato vigente superior à média praticada em contratos similares da Administração Pública
	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	90015/2024	10.700,00			
	ANTT	90017/2024	10.661,95			

Técnico

Sênior

5.12 Para análise da pesquisa salarial na administração pública adotou-se a média da pesquisa salarial, entre os valores praticados.

5.13 O Posto de Trabalho de Assistente Técnico Pleno (CBO 4110-10), como se pode verificar na Tabela acima, se apresenta para a nova contratação, com seus valores salariais ajustados ao valor médio, praticado em contratos similares na Administração Pública.

5.14 Em Relação aos postos de trabalho de Assistente Técnico Sênior (CBO 4110-10), se apresenta para a nova contratação, com seus valores salariais ajustados ao valor médio, praticado em contratos similares na Administração Pública., conforme tabela acima.

5.15 Além disso, para os postos de trabalho de Assistente Técnico - Operador de audiovisual e de Assistente Técnico - Fotógrafo foram considerados os pisos salariais estabelecidos pela CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026 - SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF e o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMP DE RAD E TELEV NO DF.

5.16 SOLUÇÕES LEVANTADAS NO MERCADO:

5.17 SOLUÇÃO 1: Contratação de serviços por demanda/produtividade.

5.17.1 A contratação dos serviços por demanda, de acordo com a necessidade do serviço, mostra-se inviável e improdutivo. Inviável visto que a demanda se apresenta intempestivamente, não sendo praticável a constante emissão de ordens de serviço para seu atendimento. Improdutivo, visto que, devido à ausência do profissional no local para execução da demanda, a Contratada teria que encaminhar um profissional a todo instante em que a ANTT necessitar dos serviços e este não estará familiarizado com as rotinas e processos do setor, resultando em serviços prestados de forma ineficaz.

5.17.2 A contratação dos serviços por produtividade mostra-se impraticável visto que não se pode definir critérios de produtividade objetivos, pois as variáveis dessas atividades impossibilitam estabelecer valores unitários para elas.

5.18 SOLUÇÃO 2: Contratação de serviço por postos de trabalho.

5.18.1 A contratação por postos de trabalho permite que os profissionais alocados para a prestação do serviço estejam inseridos no cotidiano do setor, tomando conhecimento dos processos e rotinas inerentes à área, proporcionando assim maior produtividade, uma vez que o profissional estará familiarizado com os assuntos daquele setor.

5.18.2 Para fins de aferição do serviço e efeito de pagamento, a especificação do preço por posto de trabalho permite uma melhor avaliação da execução do contrato, uma vez que estabelecida unidade de medida.

5.19 Após análise das soluções disponíveis no mercado, devido à natureza do trabalho a ser executado, a contratação deverá ocorrer por meio de postos de trabalho.

5.20 Trata-se de situação em que não cabe definição de unidade de medida para fins de contratação mediante resultados, conforme prioriza a Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 05/2017. Isso porque as atividades das áreas são diversas e variam de acordo com suas demandas, e os resultados das ações, em regra, não são mensuráveis em quantitativos que podem ser multiplicados por um coeficiente que gera um montante a ser pago à CONTRATADA, pois estão relacionados à efetividade do setor.

5.21 Nesse sentido, mostra-se necessário estipular um quantitativo dos postos de trabalho a serem disponibilizados para o desenvolvimento das atividades, para que, com base nisso, a CONTRATADA seja remunerada pela alocação do posto de trabalho.

5.22 A realização de diversos pregões com objeto semelhante, conforme demonstrado no item 8.24 deste Estudo Técnico Preliminar, evidencia a viabilidade da contratação do serviço por posto de trabalho, em conformidade com as práticas adotadas na Administração Pública.

5.23 Especificamente em relação aos postos/serviços que se almeja contratar, foi estabelecido esse critério de remuneração devido à necessidade de os colaboradores estarem disponíveis ao longo da jornada de trabalho no local de prestação de serviço para fins de atendimento as mais diversas rotinas de trabalho da Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação. Os colaboradores precisarão estar presentes durante todo o horário de expediente, pois, na área de comunicação da Agência, especialmente, as atividades são de contingência, ou seja, devem ser executadas à medida que as demandas surgem, devido a especificidade do serviço a ser contratado.

5.24 No que se refere às atividades técnicas de **Áudio e Vídeo, Fotografia, Assistente Técnico Sênior e Assistente Técnico Pleno**, tais atividades visam suprir as necessidades da Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação da ANTT. Note-se que o que se pretende é ter profissionais capacitados para dar apoio as atividades de interesse na comunicação da ANTT, e não terceirizar a atividade em si, cedendo a Comunicação da ANTT a um ente privado. Assim, nesses casos não há que se falar na contratação por serviço ou escopo fechado mas sim a disponibilização de pessoal qualificado, em regime de dedicação exclusiva, para apoio no atendimento das demandas do órgão.

5.25 No que se refere às atividades de apoio técnico, aí incluídos os postos de trabalho de **Assistente Técnico Sênior e Assistente Técnico Pleno**, verifica-se que as atividades desempenhadas por esses profissionais são atividades acessórias e de suporte às atividades regimentais da ANTT. Como dito, esses postos de trabalho dão suporte à Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação da ANTT, dando apoio às atividades dos processos de trabalho existentes nas Coordenações Gerais da Assessoria. Assim, contratar por postos de trabalho otimiza a contratação e permite que para suprir necessidade excepcional, os gestores possam realocar os postos de trabalho contratados.

5.26 Por todo o exposto, verifica-se que a contratação por postos de trabalho é a mais adequada, uma vez que as atividades acessórias desempenhadas não são passíveis de quantificação prévia.

5.27 Ressalta-se que, a ANTT já adota a contratação por meio de alocação de postos de trabalho que tem se mostrado satisfatório, além de que, é utilizado pelos demais entes públicos pesquisados, mostrando-se um comportamento usual de mercado.

5.28 Portanto, entende-se que a remuneração por posto de trabalho é a opção mais viável e vantajosa para a Administração..

5.29 Jornada de trabalho - 40 horas semanais

5.30 Quanto à possibilidade ou não de contratação de sociedades cooperativas para a execução do serviço, vale destacar que a peculiaridade do serviço exige subordinação jurídica, bem como pessoalidade, para melhor identificação do serviço com executor, em caso de eventual responsabilização por danos futuros. Por isso não será aceito que a execução do serviço seja realizada por sociedade cooperativa.

5.31 Quanto à contratação de consórcio, no entanto, conforme explica Joel de Menezes Niebuhr:

"(...) costuma-se permitir a participação de consórcios em licitação de grande vulto, que requerem considerável aporte de capital. Trata-se de instrumento prestante a ampliar a competitividade, dado que possibilita às empresas ou pessoas com estrutura pequena ou mediana que se reúnam para atender às demandas do edital, o que não fariam se estivessem sozinhas." (NIEBUHR, Joel de Menezes. Pregão presencial e eletrônico. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 253.)

5.32 Nesse sentido, os consórcios constituem leque da ampliação da competitividade, na medida em que possibilitam as empresas que os integram somar capacidades técnica, econômico-financeira e know-how para participar de procedimento licitatório em que, individualmente, não teriam condições. Sendo assim, uma vez que o objeto do presente Estudo Técnico Preliminar não exige elevado grau de especificidade, não se enquadra nas hipóteses de contratação de consórcio, o que, inclusive, se fosse efetuado, poderia gerar dificuldade na gestão do contrato.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A contratação em questão trata-se da prestação de serviços técnicos especializados para o apoio ao desenvolvimento das atividades de competências regimental da Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação, em caráter subsidiário aos servidores alocados na Assessoria, mediante a disponibilização de postos de trabalho pela futura empresa contratada.

6.2 A presente contratação adotará como regime de execução do tipo empreitada por preço unitário, uma vez que o regime é útil, pois comporta a modulação na execução e reduzirá as dificuldades em caso de variações e quantitativos ao longo da contratação.

6.3 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite legal de 10 (dez) anos.

6.4 A Contratação se dará por lote único para que se possa preservar a integridade qualitativa, quantitativa, técnica e econômica do objeto.

6.5 Os serviços de apoio técnico especializado mencionados acima se estruturam de acordo com as atividades previstas para os seguintes postos de trabalho:

6.5.1 Atividades atribuídas ao posto de trabalho **Assistente Técnico SÊNIOR:**

* Apoio técnico especializado sênior em projetos de comunicação institucional:

a) Auxiliar, assessorar e apoiar a gestão de projetos de comunicação institucional implementando as estratégias e diretrizes definidas pelos dirigentes da ANTT;

b) Auxiliar e assessorar na elaboração, monitoramento e avaliação de programas de Estratégias de Comunicação, incluindo avaliação de percepção de imagem, identificação de temas sensíveis e de tendências de comunicação, mapeamento de influenciadores, Diagnóstico, Matriz e Plano Estratégico de Comunicação Corporativa;

c) Auxiliar e assessorar as estratégias de Assessoria de Imprensa, apoiando o atendimento das demandas de mídia e imprensa relacionadas à atuação da ANTT;

d) Auxiliar, assessorar e acompanhar demandas institucionais auxiliando os dirigentes da Instituição, como visitas oficiais, cobertura de eventos ou entrevistas para órgãos de mídia e imprensa;

e) Auxiliar e assessorar as atividades de Clipping Nacional de Jornais, Revistas e Portais de Notícias, veiculadas em órgãos de mídia e imprensa, auxiliando a ANTT a detectar informações errôneas ou inverídicas, e atuando na elaboração de respostas, sob orientação;

f) Auxiliar e assessorar na organização de coletivas de imprensa;

- g) Apoiar e assessorar as atividades de Planejamento e Execução de Media Training;
- h) Auxiliar, assessorar e acompanhar, sob orientação, perfis de órgãos de mídia e imprensa, formadores de opinião e influenciadores em redes sociais;
- i) Auxiliar, assessorar e apoiar a organização e sistematização do trabalho desenvolvido pela equipe de comunicação em articulação com os demais áreas da ANTT;
- j) Auxiliar no gerenciamento das atividades de monitoramento e análise de conteúdo em redes sociais, blogs e portais de notícias;
- k) Auxiliar e assessorar as atividades de Produção de Conteúdos, incluindo a elaboração e edição de texto em Língua Portuguesa;
- l) Apoiar na definição de estratégias para produção de reportagem em vídeo (Vídeo Release), áudio release, vídeo depoimento para Imprensa e Públicos Influenciadores nas Mídias Digitais, Podcast para Imprensa e Públicos Influenciadores nas Mídias Sociais.
- m) Auxiliar e assessorar a produção de projeto editorial, conteúdo e design para apresentação;
- n) Auxiliar e assessorar na prevenção e gerenciamento de crises de alta complexidade;
- o) Auxiliar e assessorar no Planejamento de Ações Institucionais para Relacionamento com Públicos Influenciadores em Ambientes Digitais;
- p) Auxiliar e assessorar no desenvolvimento de Design Aplicado à Produção de Conteúdo, abrangendo produção de projeto gráfico, diagramação e editoração de publicações, apresentações eletrônicas, infográficos estáticos e/ou impressos, dinâmicos e/ou interativos;
- q) Auxiliar e assessorar no atendimento de demandas da Agência, abrangendo atividades que contemplam gerenciar, articular, documentar, acompanhar e entender plenamente as necessidades demandadas, para a proposição do conjunto de produtos e serviços mais adequados para atendimento dessas necessidades, garantindo a manutenção da qualidade técnica da entrega de todos os produtos e serviços executados no âmbito da contratação.
- r) Auxiliar, assessorar e executar outras atividades de mesma natureza ou de nível de complexidade associados ao trabalho desenvolvido.
- s) Prestar apoio/auxiliar em outras tarefas correlatas, de alta complexidade, inerentes ao posto contratado a serem desenvolvidos pelo servidor /autoridade responsável para a tomada de decisão.

6.5.2 Atividades atribuídas ao posto de trabalho **Assistente Técnico PLENO:**

* Apoio técnico especializado pleno em projetos de comunicação institucional:

- a) Auxiliar, assessorar e apoiar o desenvolvimento de projetos de comunicação institucional definidos pela gestão da Unidade com o objetivo de aproximar a ANTT de seus públicos como campanhas, sites e eventos, entre outros;
- b) Auxiliar e assessorar no desenvolvimento de programas de Estratégias de Comunicação;
- c) Articular ações que envolvam as estruturas de comunicação da Instituição;
- d) Auxiliar, assessorar, produzir e organizar notas, pautas, matérias, entrevistas, programas, artigos, colunas de opinião, roteiros, releases e projetos para veiculação em mídia impressa, internet, rádio, televisão, audiovisual, mídias sociais e meios digitais com o objetivo de divulgar informações sobre as atividades da ANTT;
- e) Auxiliar e assessorar as atividades de Produção de Conteúdos, incluindo a elaboração e edição de texto em Língua Portuguesa;
- f) Auxiliar e assessorar as atividades de Assessoria de Imprensa;
- g) Auxiliar e assessorar as atividades de monitoramento e análise de conteúdo em redes sociais, blogs e portais de notícias;
- h) Auxiliar e assessorar as atividades de Planejamento e Execução de Media Training;
- i) Auxiliar e assessorar as atividades de Clipping Nacional de Jornais, Revistas e Portais de Notícias;
- j) Auxiliar e assessorar a produção de reportagem em vídeo (Vídeo Release), áudio release, vídeo depoimento para Imprensa e Públicos Influenciadores nas Mídias Digitais, Podcast para Imprensa e Públicos Influenciadores nas Mídias Sociais.
- k) Auxiliar e assessorar a produção de projeto editorial, conteúdo e design para apresentação;
- l) Auxiliar e assessorar na prevenção e gerenciamento de crises;
- j) Auxiliar e assessorar no Planejamento de Ações Institucionais para Relacionamento com Públicos Influenciadores em Ambientes Digitais;
- n) Auxiliar e assessorar no desenvolvimento de Design Aplicado à Produção de Conteúdo, abrangendo produção de projeto gráfico, diagramação e editoração de publicações, apresentações eletrônicas, infográficos estáticos e/ou impressos, dinâmicos e/ou interativos;
- o) Auxiliar e assessorar no atendimento de demandas da Agência, abrangendo atividades que contemplam gerenciar, articular, documentar, acompanhar e entender plenamente as necessidades demandadas, para a proposição do conjunto de produtos e serviços mais adequados para

atendimento dessas necessidades, garantindo a manutenção da qualidade técnica da entrega de todos os produtos e serviços executados no âmbito da contratação.

p) Prestar apoio/auxiliar em outras tarefas correlatas, inerentes ao posto contratado a serem desenvolvidos pelo servidor/autoridade responsável para a tomada de decisão.

6.5.3 Atividades atribuídas ao posto de trabalho **Assistente Técnico - Operador de audiovisual:**

- a) configurar, operar e monitorar sistemas de sonorização e gravação;
- b) editar, misturar, pré-masterizar e restaurar registros sonoros de discos, fitas, vídeo, filmes, entre outros.
- c) criar projetos de sistemas de sonorização e gravação;
- d) preparar, instalar e desinstalar equipamentos de áudio e acessórios.

6.5.4 Atividades atribuídas ao posto de trabalho **Assistente Técnico - Fotógrafo:**

- a) criar imagens fotográficas de eventos, acontecimentos, pessoas, paisagens, objetos e outros temas, em branco e preto ou coloridas, usando câmeras fixas (de película ou digitais) e diversos acessórios;
 - b) criar efeitos gráficos em imagens obtidas por processos digitais e reproduzi-las sobre papel ou outro suporte.
- Competências pessoais mínimas:
- a) dominar linguagem fotográfica;
 - b) dominar técnicas de sua especialização.

6.6 Com vistas a assegurar que os ocupantes dos postos de trabalho previstos acima tenham suficiente aptidão e preparo para a realização das atividades que compõem os serviços requeridos, e também para que possam realizá-los com as devidas qualidade, atenção, zelo e rendimento, são apresentados a seguir os **requisitos fundamentais** dos trabalhadores em termos de formação, conhecimentos, experiência profissional e perfil pessoal.

6.6.1 Para o posto de trabalho **Assistente Técnico SÊNIOR:**

- Formação Educacional: graduação de nível superior completo em qualquer área de formação, preferencialmente na área de Comunicação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação;
- Idade mínima: 18 (dezoito) anos;
- Experiência Profissional: mínima de **5 (cinco) anos** em atividades similares ou assemelhada àquelas compreendidas nas atribuições do respectivo posto de trabalho descrito neste instrumento, ou afetos a sua área de formação. Para a comprovação da experiência mínima poderá apresentar declarações, carteira de trabalho, atestado de capacidade, dentre outros comprovantes;
- Justificativa: A experiência solicitada, justifica-se tendo em vista as atividades a serem desempenhadas, o nível de conhecimento exigido e a expertise necessária para a execução dos trabalhos.
- Habilidades e atitudes: Equilíbrio emocional (tolerância à crítica, à frustração, saber lidar com o estresse e com a pressão do tempo); motivação para agir e aprender permanentemente; dinamismo; bom humor e boa vontade; discernimento e bom senso; flexibilidade, adaptabilidade para lidar com situação novas; presteza no atendimento; postura adequada a cada situação, mantendo uma boa imagem profissional; criatividade e iniciativa; fluência verbal (capacidade de comunicar-se efetivamente, com clareza na linguagem); rapidez de raciocínio (tempo de resposta rápido) e tomada de decisão; capacidade de concentração; capacidade de comunicação interpessoal; capacidade de organizar as atividades de trabalho, dados e informações; manter sigilo das informações; saber ouvir atentamente; e gostar de lidar com pessoas e de atendê-las.
- Jornada de trabalho: de 2ª a 6ª feira, com carga horária de 40 horas semanais, não excedendo a carga horária legal;

6.6.2 Para o posto de trabalho **Assistente Técnico PLENO:**

- Formação Educacional: graduação de nível superior completo ou cursando em qualquer área de formação, preferencialmente na área de Comunicação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- Experiência Profissional: mínima de **2 (dois) anos** em atividades similares ou assemelhada àquelas compreendidas nas atribuições do respectivo posto de trabalho descrito neste instrumento, ou afetos a sua área de formação. Para a comprovação da experiência mínima poderá apresentar declarações, carteira de trabalho, atestado de capacidade, dentre outros comprovantes;
- Justificativa: A experiência solicitada, justifica-se tendo em vista as atividades a serem desempenhadas, o nível de conhecimento exigido e a expertise necessária para a execução dos trabalhos.
- Habilidades e atitudes: Equilíbrio emocional (tolerância à crítica, à frustração, saber lidar com o estresse e com a pressão do tempo); motivação para agir e aprender permanentemente; dinamismo; bom humor e boa vontade; discernimento e bom senso; flexibilidade, adaptabilidade para lidar com situação novas; presteza no atendimento; postura adequada a cada situação, mantendo uma boa imagem profissional; criatividade e

iniciativa; fluência verbal (capacidade de comunicar-se efetivamente, com clareza na linguagem); rapidez de raciocínio (tempo de resposta rápido) e tomada de decisão; capacidade de concentração; capacidade de comunicação interpessoal; capacidade de organizar as atividades de trabalho, dados e informações; manter sigilo das informações; saber ouvir atentamente; e gostar de lidar com pessoas e de atendê-las.

- Jornada de trabalho: de 2ª a 6ª feira, com carga horaria de 40 horas semanais, não excedendo a carga horária legal;

6.6.3 Para o posto de trabalho **Assistente Técnico - Operador de audiovisual:**

- Formação Educacional: Ensino de nível médio completo em instituição reconhecida por autoridade pública competente e cursos de especialização, conforme previsto para a categoria;

- Idade mínima de 18 (dezoito) anos

- Experiência Profissional: mínima de **01 (um) ano** em atividades similares ou assemelhada àquelas compreendidas nas atribuições do respectivo posto de trabalho descrito neste instrumento, ou afetos a sua área de formação . Para a comprovação da experiência mínima poderá apresentar declarações, carteira de trabalho, atestado de capacidade, dentre outros comprovantes;

- Justificativa: A experiência solicitada, justifica-se tendo em vista as atividades a serem desempenhadas, o nível de conhecimento exigido e a expertise necessária para a execução dos trabalhos.

- Habilidades e atitudes: Equilíbrio emocional (tolerância à crítica, à frustração, saber lidar com o estresse e com a pressão do tempo); motivação para agir e aprender permanentemente; dinamismo; bom humor e boa vontade; discernimento e bom senso; flexibilidade, adaptabilidade para lidar com situação novas; presteza no atendimento; postura adequada a cada situação, mantendo uma boa imagem profissional; criatividade e iniciativa; fluência verbal (capacidade de comunicar-se efetivamente, com clareza na linguagem); rapidez de raciocínio (tempo de resposta rápido) e tomada de decisão; capacidade de concentração; capacidade de comunicação interpessoal; capacidade de organizar as atividades de trabalho, dados e informações; manter sigilo das informações; saber ouvir atentamente; e gostar de lidar com pessoas e de atendê-las.

- Jornada de trabalho: de 2ª a 6ª feira, com carga horaria de 40 horas semanais, não excedendo a carga horária legal;

6.6.4 Para o posto de trabalho **Assistente Técnico - Fotógrafo:**

- Formação Educacional: Ensino de nível médio completo em instituição reconhecida por autoridade pública competente e cursos de especialização, conforme previsto para a categoria;

- Idade mínima de 18 (dezoito) anos

- Experiência Profissional: mínima de **02 (dois) anos** em atividades similares ou assemelhada àquelas compreendidas nas atribuições do respectivo posto de trabalho descrito neste instrumento, ou afetos a sua área de formação; Para a comprovação da experiência mínima poderá apresentar declarações, carteira de trabalho, atestado de capacidade, dentre outros comprovantes;

- Justificativa: A experiência solicitada, justifica-se tendo em vista as atividades a serem desempenhadas, o nível de conhecimento exigido e a expertise necessária para a execução dos trabalhos.

- Habilidades e atitudes: Equilíbrio emocional (tolerância à crítica, à frustração, saber lidar com o estresse e com a pressão do tempo); motivação para agir e aprender permanentemente; dinamismo; bom humor e boa vontade; discernimento e bom senso; flexibilidade, adaptabilidade para lidar com situação novas; presteza no atendimento; postura adequada a cada situação, mantendo uma boa imagem profissional; criatividade e iniciativa; fluência verbal (capacidade de comunicar-se efetivamente, com clareza na linguagem); rapidez de raciocínio (tempo de resposta rápido) e tomada de decisão; capacidade de concentração; capacidade de comunicação interpessoal; capacidade de organizar as atividades de trabalho, dados e informações; manter sigilo das informações; saber ouvir atentamente; e gostar de lidar com pessoas e de atendê-las.

- Jornada de trabalho: de 2ª a 6ª feira, com carga horaria de 40 horas semanais, não excedendo a carga horária legal.

6.7 Poderão ocorrer despesas eventuais a serem comportadas no contrato, especialmente quanto ao fornecimento de deslocamento e diárias, em território nacional, necessários para o desenvolvimento das atividades de apoio ao assessoramento dos Diretores, Superintendentes e outros Porta-vozes da ANTT nas viagens técnicas de interesses da Agência.

6.7.1 O fornecimento de deslocamento e diárias será por demanda.

6.7.2 A ANTT, para cada demanda, formalizará solicitação à empresa contratada, por meio de Ordem de Serviço (OS).

6.7.3 As Unidades de despesa foram separadas nos formatos deslocamento aéreo (UD1) e diárias (UD2), de forma que a cada acionamento, a Contratada deverá apresentar o total de despesas eventuais para as viagens a serviço.

6.7.4 Tais despesas, deverão ser objeto de solicitação da fiscalização, que aprovará previamente à sua realização, quando constatada a sua necessidade.

6.7.5 Para a apuração do valor médio da UD1 (Unidade de Despesa - 1) com relação ao valor de deslocamento aéreo definido para essa contratação, foi estimado o valor unitário de R\$ 3.182,75 (Três mil cento e oitenta e dois reais e setenta e cinco centavos), em que considerou-se o valor médio dos deslocamentos ocorridos no último ano de vigência contratual, conforme tabela abaixo. Em decorrência dos aumentos constantes do valor das passagens aéreas será considerado o valor unitário do deslocamento de **R\$ 3.341,89 (Três mil trezentos e quarenta e um reais e oitenta e nove centavos)** , com o acréscimo de margem de segurança de 5%.

QUANT	ROTEIRO	DATA	VALOR TOTAL

1	Aniversário de 50 Anos da Ponte Rio-Niterói	Ida 03/03 - Retorno no dia 05/03	R\$ 6.607,08
2	Cobertura - Evento da FRENLOGI – Encontro Regional Sul	Ida 29/02 - Retorno no dia 02/03	R\$ 9.569,08
3	Cobertura - Evento Leilão da BR 040/MG - B3 - São Paulo/SP	Ida 10/04 - Retorno no dia 12/04	R\$ 2.562,37
4	comemoração dos 35 anos da SINDIPESA e homenagem à ANTT	Ida 25/04 - Retorno no dia 26/04	R\$ 953,30
5	Entrevista Jovem Pan Morning Show	Ida 15/04 - Retorno no dia 15/04	R\$ 1.999,30
6	"Santos Export 2024."	Ida 23/04 - Retorno no dia 23/04.	R\$ 2.022,28
7	NOVA ROTA DO OESTE	Ida 24/05 - Retorno no dia 25/05.	R\$ 5.994,66
8	Rodovia Fernão Dias (Br-381/SP)	Ida 31/05 - Retorno no dia 31/05.	R\$ 2.150,44
9	"II Summit Rodovias SP"	Ida 05/06 - Retorno no dia 06/06.	R\$ 2.979,70
10	Nova Rota do Oeste - Porto Velho	Ida 26/06 - Retorno no dia 28/06.	R\$ 4.864,34
11	"Leilão BR-040/GO/MG"	Ida 26/09 - Retorno no dia 27/09.	R\$ 762,79
12	(PPD) em Queimados (RJ)	Ida 18/09 - Retorno no dia 19/09.	R\$ 4.303,11
13	Leião ROTA do ZEBU	Ida 31/10 - Retorno no dia 31/10	R\$ 1.088,48
14	Captação de imagens Leião ROTA do ZEBU	Ida 15/10 - Retorno no dia 17/11	R\$ 4.066,78
15	Prêmio Infraconnect e InfraESG	Ida 27/11 - Retorno no dia 28/11	R\$ 504,81
16	Prêmio Infraconnect e InfraESG	Ida 27/11 - Retorno no dia 28/12	R\$ 4.087,08
17	Homenagem para o Diretor Luciano Lourenço	Ida 1/12 - Retorno no dia 3/12	R\$ 5.403,70
18	Captação de imagens Leião ROTA VERDE	Ida 02/12 - Retorno no dia 05/12	R\$ 4.557,87
19	Leilões: Rota Verde – GO e Lote 3 do Paraná	Ida 11/12 - Retorno no dia 13/12	R\$ 2.926,50
20	"Leilão do Lote 6 do Paraná "	Ida 18/12 - Retorno no dia 20/12	R\$ 2.616,92
TOTAL			R\$ 70.020,59
VALOR MÉDIO DESLOCAMENTOS 2024 (CONTRATO Nº 01/2023)			R\$ 3.182,75
Acréscimo de Margem de segurança 5%			R\$ 3.341,89

6.7.6 Quando solicitado, a Contratada deverá apresentar, ao fiscal indicado, um orçamento detalhado envolvendo todos os custos diretos e indiretos para o deslocamento a ser exercido pelos profissionais mobilizados, que após avaliação dos custos envolvidos e contabilizadas as quantidades de UD1 equivalentes, emitirá a devida autorização do deslocamento previamente.

6.7.7 Cada unidade denominada UD2 (Unidade de Despesa - 2) corresponde a uma unidade de diária composta pela média dos valores correspondentes aos tipos de diárias previstas.

6.7.8 A UD2 tem por objetivo o fornecimento das diárias correspondentes às despesas com hospedagem e deslocamento em operação, realizadas em deslocamentos, nacionais, necessários para o desenvolvimento das atividades de apoio técnico pelos profissionais mobilizados nas atividades que compõem este Estudo Técnico Preliminar.

6.7.9 Valores referentes à alimentação e deslocamento local não devem compor os valores referentes à UD2, visto que são cobertos pelos benefícios pagos aos profissionais alocados na equipe mobilizada.

6.7.10 Quando solicitado, a Contratada deverá apresentar uma programação das diárias a ser utilizadas pelo profissional mobilizado, à equipe técnica da ANTT irá avaliar os custos envolvidos e contabilizar a quantidade de UD2 equivalentes, autorizando assim a utilização das diárias previamente.

6.7.11 Os valores atribuídos às diárias são referenciais, tendo em vista que as convenções coletivas consultadas para as categorias profissionais da equipe mobilizada não estabelecem valores específicos para esse fim. Com relação aos custos de diárias, observou-se que, em contratações similares, como as do DNIT e da FIOCRUZ, foi adotada como referência a média dos valores constantes da alínea “d” do Anexo I do Decreto nº 5.592/2006, atualizada pelo Decreto nº 11.872/2023, que estabelece o valor de **R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais)** por diária. Considerando o princípio da **economicidade** e visando à vantagem para a Agência, esta equipe de planejamento optou por adotar como referência o valor de **R\$ 380,00** por diária no presente estudo. O valor praticado no atual contrato é de R\$ 396,36, sem impostos e custos indiretos.

6.7.12 É importante ressaltar que o objeto desta contratação é o mesmo da licitação anterior que originou o Contrato nº 001/2023, firmado com a empresa R7 Facilities. A única diferença refere-se aos quantitativos e à modulação dos cargos, ajustados em razão de adequações financeiras e orçamentárias decorrentes da atual conjuntura governamental e, conseqüentemente, da ANTT.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 O quantitativo de profissionais foram alcançados através de levantamento de necessidades das coordenações da Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação da ANTT, considerando-se a natureza dos serviços que serão desenvolvidos pelos profissionais alocados nos postos de trabalho, a qualificação exigida para cada posto e as atribuições definidas no regimento interno.

7.2 O Regimento Interno da ANTT, no Art.17, seção 2, estabelece:

Art. 17. Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação compete:

I - elaborar e executar o Plano Anual de Comunicação e a Política de Comunicação da ANTT;

II - elaborar Relatório Anual de Atividades e submetê-lo à Diretoria Colegiada;

III - promover a divulgação interna e externa das atividades da ANTT e dos direitos dos usuários;

IV - coordenar e supervisionar o desenvolvimento de atividades de comunicação social e de relação com a imprensa;

V - organizar os eventos internos e externos da ANTT;

VI - promover o diálogo da ANTT com organismos e instituições visando a cooperação, por meio do estabelecimento de intercâmbio de experiências, informações técnicas, boas práticas e recursos tecnológicos;

VII - assessorar e apoiar a Diretoria Colegiada e as Superintendências nas relações com os demais órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público, nas diferentes esferas de governo;

VIII - promover a articulação interna e institucional com outros órgãos do setor público;

IX - coordenar o relacionamento institucional da ANTT com associações representativas, de classe e dos usuários, com o mercado regulado e com investidores e outras entidades privadas de interesse da Agência;

X - promover a articulação da ANTT com o Congresso Nacional;

XI - coordenar e acompanhar a tramitação e análise das propostas legislativas relativas às competências da Agência;

XII - coordenar e acompanhar as demandas de interesse dos Poderes Executivo e Legislativo, nas diferentes esferas de governo;

XIII - articular e promover a harmonização interna das manifestações das proposições legislativas em trâmite;

XIV - apoiar as unidades organizacionais nas questões relativas ao transporte internacional terrestre;

XV - coordenar as ações preparatórias, de execução e posteriores às reuniões bilaterais ou multilaterais, com o apoio das demais unidades organizacionais e com participação de entes externos;

XVI - promover e acompanhar a interlocução entre os atores públicos, internos e externos, e a iniciativa privada, no que diz respeito ao transporte internacional terrestre;

XVII - apoiar as atividades de cooperação técnica e financeira com entidades estrangeiras e o gerenciamento dos contratos com financiamento de organismos internacionais;

XVIII - elaborar, com apoio das unidades organizacionais, o planejamento da atuação internacional da ANTT;

XIX - propor, coordenar e emitir pareceres quanto aos estudos e projetos de pesquisa, em parceria com outras unidades organizacionais, entidades nacionais e estrangeiras, que visem o aprimoramento da regulação e fiscalização do transporte terrestre;

XX - assessorar a Diretoria e as unidades organizacionais nos assuntos relacionados à representação internacional; e

XXI - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Diretor-Geral." (NR)

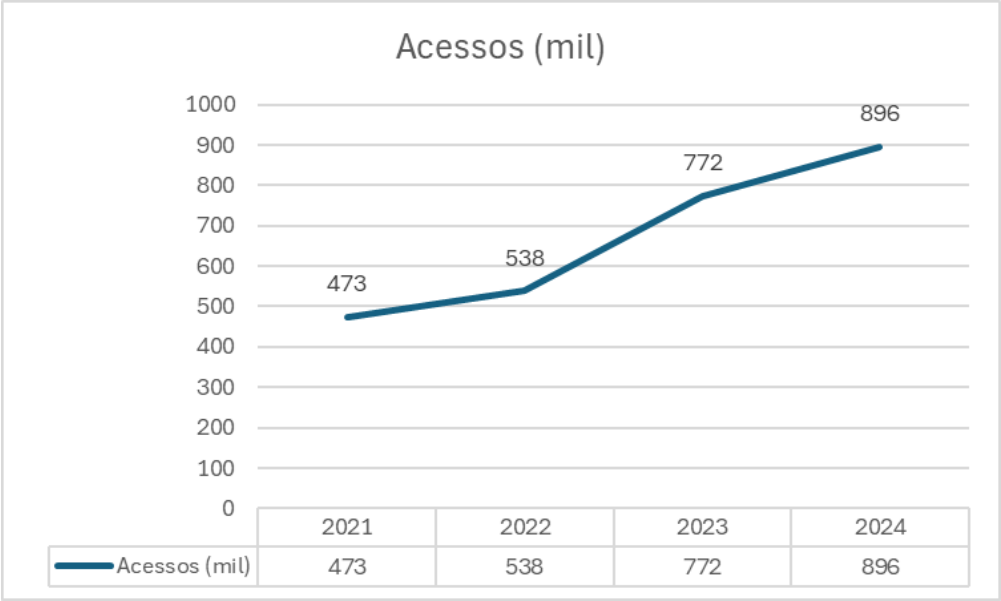
7.3 Diante das atribuições é possível afirmar que AESRIC é uma área transversal, que atende à toda a Agência e é responsável por executar a política de comunicação, em todas as suas vertentes.

7.4 Em relação ao levantamento de necessidade, foi realizada uma pesquisa com base na série histórica de quatro anos de trabalhos realizados pela Assessoria. Isso para demonstrar que os números são crescentes ano a ano, com exceção de 2020, pelo fator superveniente da pandemia do covid-19. Deve-se levar em consideração que dos últimos anos para cá houve um fortalecimento nos canais digitais da ANTT, em razão da evolução tecnológica e da aceleração destes meios de comunicação trazidos pelo avanço da tecnologia e do acesso à internet da população brasileira. A pandemia também foi responsável pelo salto dado em 2021. Tivemos maior atuação nas redes sociais, mais utilização do canal ANTT no Youtube para transmissões de eventos em geral, implementação do TEAMS como ferramenta de reuniões virtuais e realização de audiências públicas e eventos de participação social; vídeos e tutoriais; revista Antenado digital; reestruturação do portal e da Intranet para garantir informações aos servidores e sociedade, entre outras frentes de comunicação na área digital.

7.5 Esses fatores associados as evidências trazidas pelos números da série histórica justificam a demanda da contratação de serviços de apoio e assessoramento em comunicação, já que a ANTT não conta com profissionais de formação específica em comunicação digital e equipe insuficiente para absorver esse crescimento ao longo dos últimos anos.

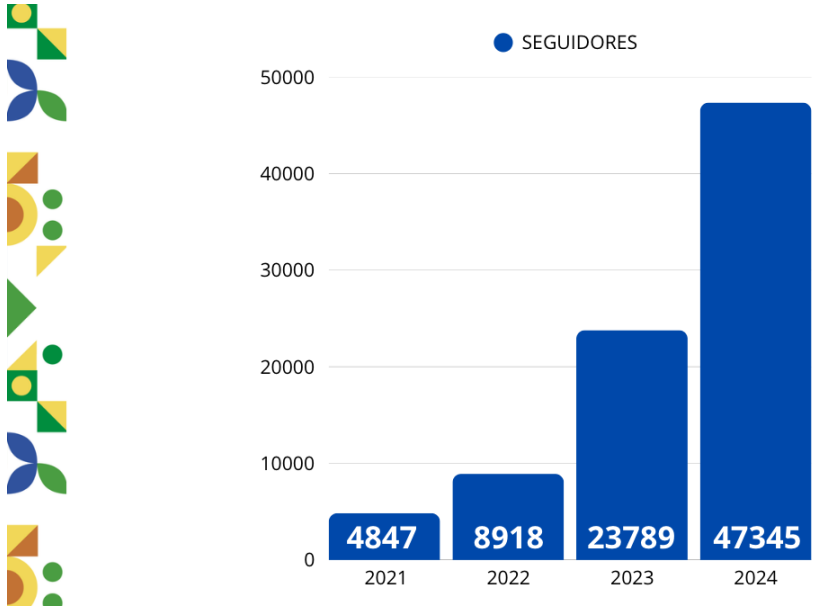
7.6 Cabe destacar que em 20 anos criação a ANTT só realizou concurso para duas vagas de comunicação, sendo que um dos servidores está cedido há sete anos para outro órgão. Com a demanda atual, o quadro de servidores se mostra incompatível com a necessidade de pessoas especializadas que precisam atuar na área, para cumprir com as atribuições definidas no regimento interno da Agência e para cumprir com as demandas que chegam diariamente à essa Assessoria.

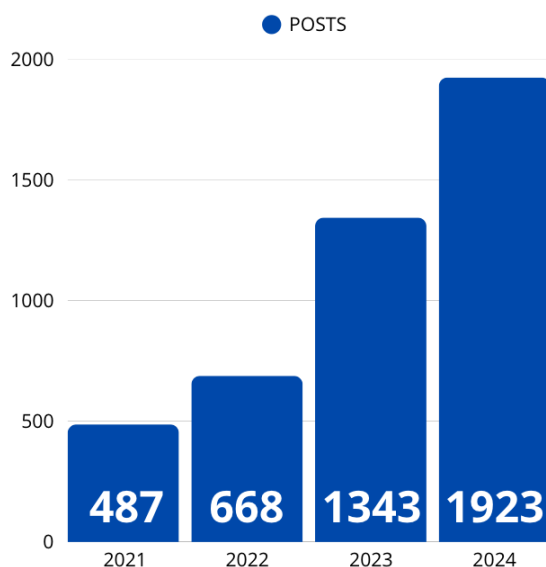
7.7 Conforme demonstrado no gráfico, o número de acessos ao portal da Agência tem apresentado um crescimento contínuo nos últimos anos. Em 2021, foram registrados 473 mil acessos, número que aumentou para 538 mil em 2022. Já em 2023, houve um crescimento expressivo, alcançando 772 mil acessos, e, em 2024, a marca de 896 mil acessos foi atingida. Esse aumento significativo reflete o crescente interesse do público nos serviços e informações disponibilizados pela Agência.



Fonte: Google Analytics da ANTT

7.8 Quanto as redes sociais, vemos abaixo na tabela os números crescendo ano a ano. Os dados apresentados demonstram um crescimento expressivo na presença digital da Agência nas redes sociais. O número de postagens aumentou de 487 em 2021 para 1.923 em 2024, evidenciando uma intensificação na produção de conteúdo. Paralelamente, o engajamento do público também se ampliou significativamente, refletido no aumento de seguidores, que passaram de 4.847 em 2021 para 47.345 em 2024. Esse avanço indica um fortalecimento da comunicação institucional e um maior alcance das informações divulgadas pela Agência.

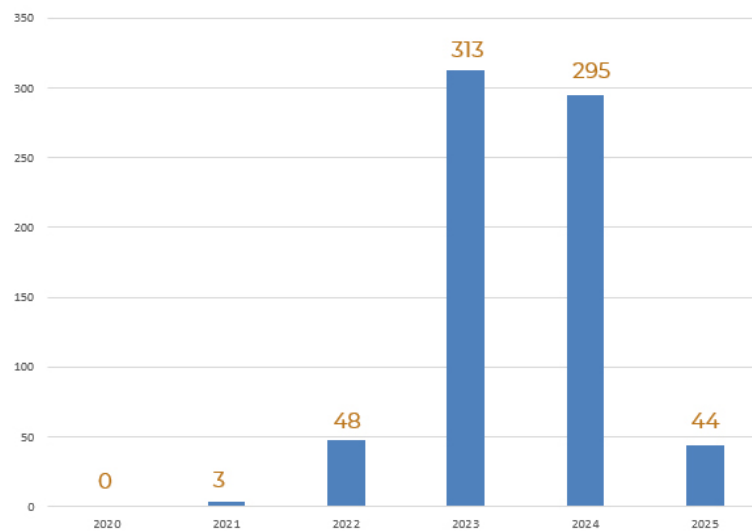




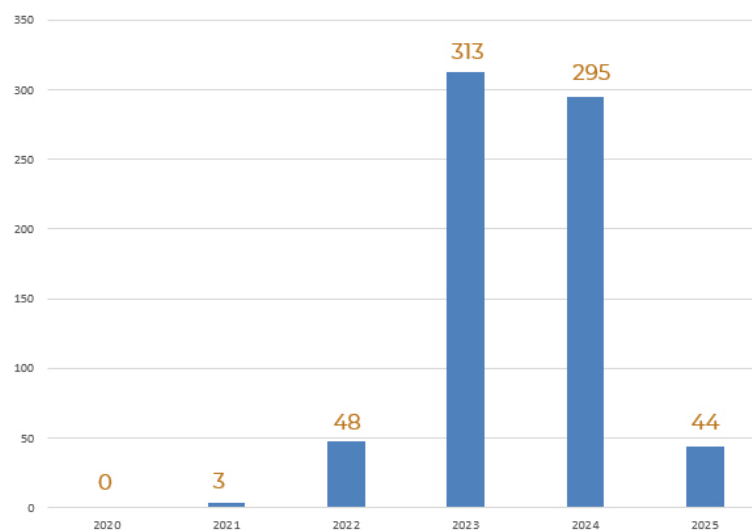
7.9 As demandas de imprensa na ANTT apresentaram variações significativas ao longo dos anos, com destaque para uma queda acentuada durante o período crítico da pandemia (2020-2021), quando as demandas caíram de 1.260 em 2019 para 523 em 2021. Esse declínio pode ser atribuído ao desvio da pauta jornalística para temas prioritariamente sanitários e à transição de muitas pessoas para a modalidade do home office. No entanto, a partir de 2022, observa-se uma recuperação gradual, com os números subindo para 1.752 naquele ano e mantendo-se em patamares elevados nos anos seguintes (1.373 em 2023 e 1.566 em 2024), indicando um retorno à normalidade conforme o reestabelecimento das condições sanitárias e econômicas. Essa trajetória reflete a resiliência da demanda por informações relacionadas à ANTT e a retomada das atividades jornalísticas em setores de infraestrutura e transportes terrestres:



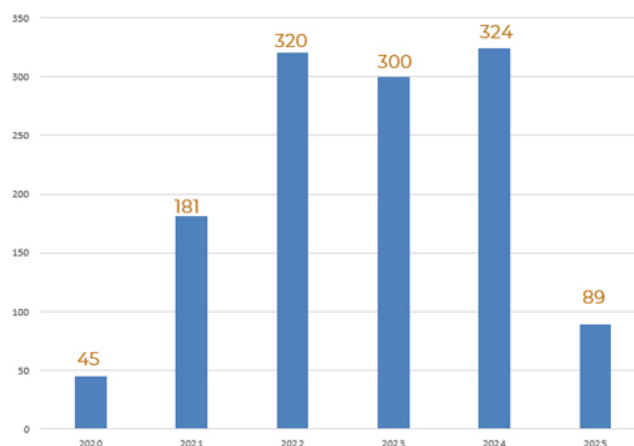
7.10 Já quanto a produção de conteúdo externo e interno, tanto textual quanto Audível e Audiovisual, que pauta a imprensa e alimenta os meios de comunicação próprios da ANTT foi intensificado consideravelmente no últimos anos, em face a pandemia e um realinhamento de comunicação solicitado pelo diretor geral atrelado a transparência pública. A área de comunicação passou a cobrir integralmente a agenda do Diretor Geral, noticiando encontros, acompanhando viagens e relatando o dia a dia do trabalho do Diretor. Esse fato ensejou o aumento do volume de produções mensais da Coordenação de Comunicação Institucional (COINS), que passa a produzir conteúdo institucional da ANTT e da agenda do dia a dia do diretor-geral. Segue abaixo o volume de conteúdo produzido ao longo dos anos.



Vídeos Canal ANTT (Youtube e Transmissões) até fevereiro de 2025

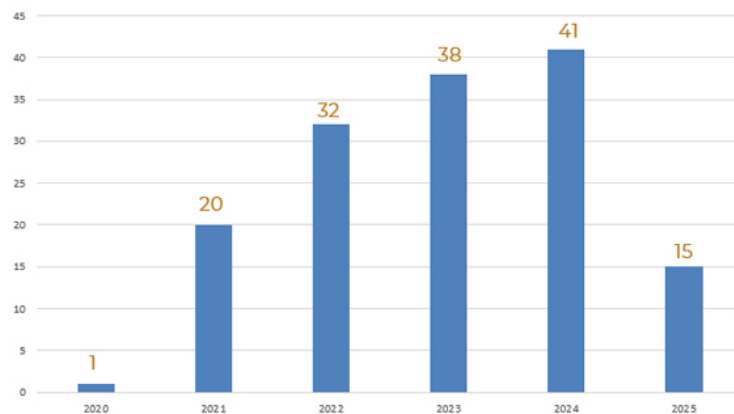


Produção de Vídeos Redes Sociais até fevereiro de 2025



Cobertura de fotos e vídeos. Entrega das fotos editadas no mesmo dia. E vídeo aftermovie entregue até a manhã seguinte ao evento.

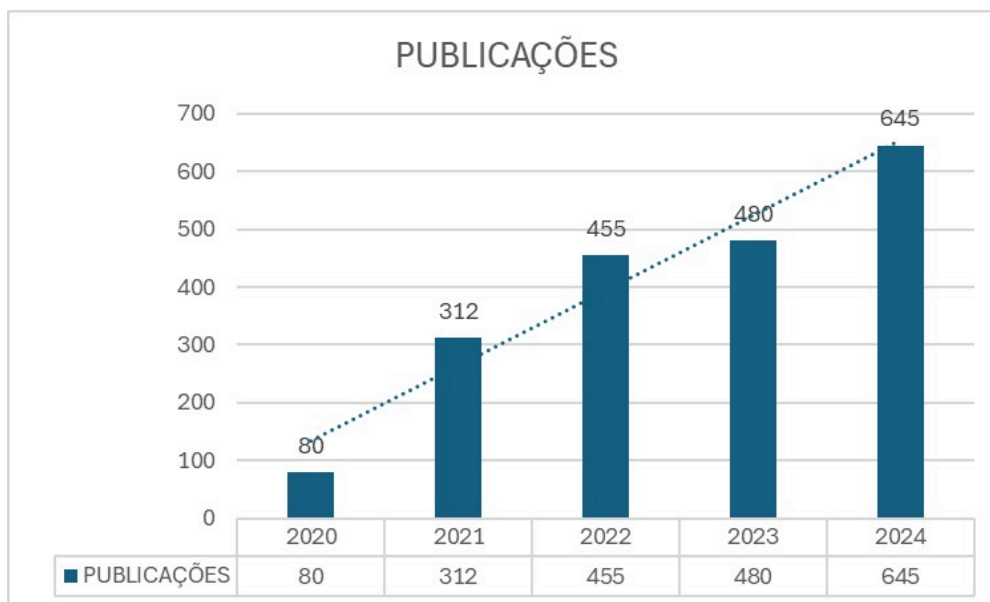
Cobertura de eventos internos vídeos e fotos até fevereiro de 2025



Viagens e saídas para cobertura de fotos e vídeos para:
Banco de imagens, Leilões, Inaugurações, Obras e Eventos Externos.

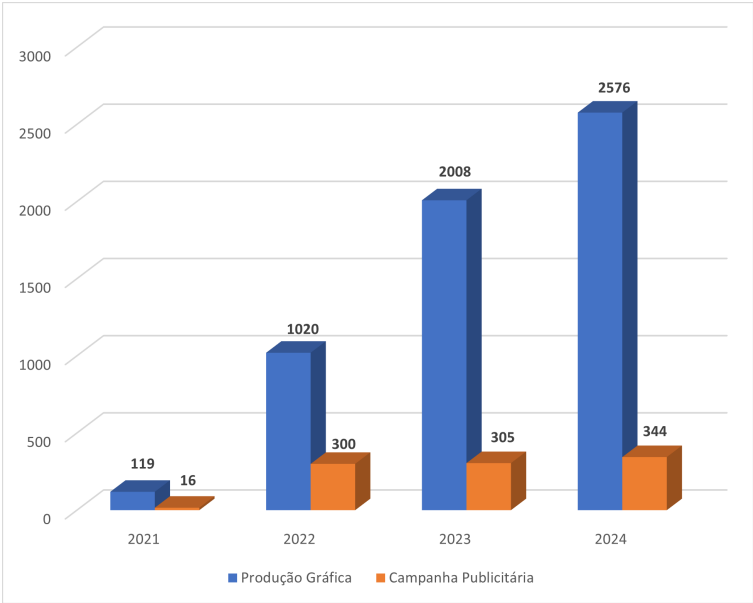
Cobertura de eventos externos até fevereiro de 2025

7.11 Cabe destacar o crescimento do uso das redes sociais para divulgação dos compromissos dos diretores e em especial o diretor geral da Agência. Isso se reflete no fortalecimento da comunicação digital ao longo dos anos. Cabe ressaltar que as produções de conteúdo interno e externo envolvem matérias para o portal, intranet, conteúdo audiovisual e de áudio (podcasts). Portanto há necessidade de reposição e crescimento do suporte de comunicação, em face aos crescentes números de produções da assessoria e do novo realinhamento dado pela diretoria da Agência.



Matérias no Portal ANTT

7.12 Quanto a produção de campanhas publicitárias, a área de Comunicação realiza as campanhas institucionais e temáticas de todas as áreas da ANTT e da Diretoria. No quadro abaixo temos a quantidade de campanhas realizadas pela Coordenação de Publicidade nos últimos 4 anos:



7.13 É possível perceber o mesmo movimento crescente para as campanhas de publicidade e produções gráficas, com exceção do ano de 2021, quando houve uma queda decorrente da pandemia no país, impactando o andamento dos projetos da Agência como um todo. No entanto, devido ao crescimento da ANTT, à ampliação dos investimentos em infraestrutura e ao grande número de leilões realizados nos últimos anos, intensificados pelos programas do governo na área de transportes terrestres, observa-se uma retomada e expansão significativa dessas demandas. Em resumo, os números apresentados pela Coordenação de Publicidade (COPUB) revelam não apenas a quantidade, mas também a qualidade e abrangência dos serviços prestados pela coordenação no campo da produção gráfica, campanhas publicitárias e atendimento personalizado.

Além disso, importante destacar o crescente número de eventos realizados pela Coordenação Geral de Eventos e Imprensa (CGIEV):

2020	2021	2022	2023	2024
34 eventos	50 eventos	63 eventos	86 eventos	137 eventos
-	-	-	1.319 reuniões no CEM: Centro de Eventos Multimodais	903 reuniões no CEM : Centro de Eventos Multimodais

7.14 A partir desses dados, foi feito um levantamento em todas as Coordenações Gerais da AESRIC para mapear as atividades que carecem de apoio técnico especializado.

7.15 A estimativa da especialidade e quantidade da mão de obra de apoio necessária à adequada realização de cada uma das atividades citadas foi realizada com base na experiência de cada área técnica responsável pela execução das atividades. Desse modo, para determinação da especialidade e nível de experiência exigidos, considerou-se:

- a) O nível de complexidade das tarefas que compõe cada atividade;
- b) O nível de responsabilidade exigido para cada atividade;
- c) O quadro de colaboradores existente e histórico de realização de cada atividade para determinar qual o melhor perfil para aquela execução.

7.16 Atualmente, considerando as restrições orçamentárias impostas à ANTT pelo Decreto nº12.477/2025, as Coordenações-Gerais da Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação (AESRIC), contam com o número mínimo de colaboradores terceirizados sendo:

CONTRATO	QUANTIDADE
CONTRATO Nº 005/2023 - R7 FACILITIES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELLI	14
CONTRATO Nº 001/2023 - R7 FACILITIES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELLI	11

7.17 Ressalta-se que os Contratos acima serão substituído por um novo contrato devido a atual empresa contratada para a realização dos serviço de apoio administrativo (Contrato nº 05/2023) e apoio especializado (Contrato nº 01/2023) apresentar dificuldades em cumprir adequadamente o pagamento dos salários e benefícios dos colaboradores, ocasionando descumprimento parcial do contrato e, inclusive, abertura de processos de penalidade.

7.18 Sendo assim, observa-se que, com a substituição dos Contratos administrativos acima listados, quantificou-se o número de postos considerando a necessidade de manter o número atual de colaboradores locados na AESRIC. Entretanto, reforçamos que o quadro de servidores atual na unidade organizacional **é restrito e limitadíssimo**, o que reforça a necessidade de colaboradores especializadas para atuar na área, especialmente para cumprir com as atribuições definidas no regimento interno da Agência e para cumprir com as demandas que chegam diariamente à essa Assessoria.

7.19 O acréscimo de colaboradores faz-se necessário pelas demandas crescentes de comunicação, especialmente quanto a mudança na forma de se comunicar da era digital, onde a informação rápida e atualizada, se faz necessária para acompanhar as demandas da sociedade. Além disso, nos últimos anos há um realinhamento com a Diretora Geral de que haja cobertura integral de sua agenda de trabalho, praticamente dobrando as demandas de assessoramento e comunicação.

7.20 Desta forma, seria importante o adicional de mais profissionais de apoio especializado, particularmente com a nova Resolução nº 6.062 de 30 de janeiro de 2025 que alterou a estrutura organizacional da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT agrupando a área de comunicação na Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação (AESRIC). Contudo, devido a limitações orçamentárias advindas do Governo Federal, neste momento, o direcionamento será o apresentado abaixo:

CARGO/POSTO -	QUADRO
Profissional sênior de nível superior	4
Profissional pleno de nível superior	4
Profissional Especializado - Operador de audiovisual	2
Profissional Especializado - Fotógrafo	1
TOTAL	11

7.21 De posse de tais informações advindas da ANTT, esta equipe de planejamento da contratação realizou a consolidação e compatibilização das atividades apresentadas e da mão de obra requisitada, de modo a obter equipe coesa e multidisciplinar capaz de atender as demandas da área de comunicação como um todo, além de observar os limites da dotação orçamentária disponível para tal contratação.

7.22 Dessa forma, após os ajustes na proposta orçamentária foi definido o seguinte quantitativo de pessoal conforme exposto na tabela abaixo:

ALOCAÇÃO	FORMAÇÃO/ATIVIDADE	QUALIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Profissional sênior	Profissional de nível superior (CBO 4110-10)	Experiência > 5 anos	4
Profissional pleno	Profissional de nível superior (CBO 4110-10)	Experiência > 2 anos	4
Profissional Especializado	Operador de audiovisual (CBO 3731-30)	Experiência > 1 anos	2
Profissional Especializado	Fotógrafo (CBO 2618-05)	Experiência > 2 anos	1
TOTAL			11

7.23 Baseado nos mesmos princípios utilizados para a estimativa de especialidade e quantidade de mão de obra, e considerando-se uma curva de aprendizagem já consolidada, estimou-se a dedicação razoável para o melhor atendimento possível às demandas frente aos recursos disponíveis. A tabela abaixo demonstra a distribuição da alocação e dedicação de cada tipo de profissional em suas respectivas atividades.

ITEM	PROFISSIONAL	NÍVEL	QUANTIDADE	ATIVIDADE
1	Profissional de nível superior (Sênior)	Sênior	4	Atividade 1 - Apoio técnico especializado sênior em projetos de comunicação institucional
2	Profissional de nível superior (Pleno)	Pleno	4	Atividade 2 - Apoio técnico especializado pleno em projetos de comunicação institucional
3	Operador de audiovisual	Especializado	2	Atividade 3 - Apoio técnico especializado em operação de áudio e vídeo

4	Fotógrafo	Especializado	1	Atividade 4 - Apoio técnico especializado em registro fotográfico
---	-----------	---------------	---	---

7.24 Diante do exposto, e limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal, estimou-se 11 (onze) postos de assistente técnico, sendo 4 (quatro) Assistentes Técnico SÊNIOR, 4 (quatro) Assistentes Técnico PLENO, 2 (dois) Assistentes Técnico - Operador de audiovisual e 1 (um) Assistente Técnico - Fotógrafo.

QUADRO RESUMO	
CARGOS	POSTOS
Assistente Técnico SÊNIOR	4
Assistente Técnico PLENO	4
Assistente Técnico - Operador de audiovisual	2
Assistente Técnico - Fotógrafo	1
TOTAL	11

É importante destacar que o objeto desta contratação permanece o mesmo da licitação que resultou no Contrato nº 001/2023, firmado com a empresa R7 Facilities. As diferenças estão nos quantitativos iniciais do contrato e na distribuição dos cargos. O Contrato foi ajustado, durante a execução contratual, para se adequar às restrições financeiras e orçamentárias sofridas pela ANTT em função da conjuntura governamental e das necessidades da ANTT.

7.25 DESPESAS EVENTUAIS A SEREM COMPORTADAS NO CONTRATO

7.25.1 Considerando que a gestão atual da ANTT adota uma postura mais participativa, com maior interação junto ao público e acompanhamento presencial das atividades desenvolvidas pela Agência, prevê-se um aumento no número de deslocamentos. Além disso, para a realização de eventos institucionais, como Audiências Públicas, Reuniões Participativas, Seminários e Congressos, pode ser necessária a presença não apenas do Assessor de Imprensa, mas também do Operador de Áudio e Vídeo e/ou do fotógrafo, garantindo a cobertura adequada das atividades.

7.25.2 Este tópico se refere as atividades não programadas, e que poderão ser demandadas ao longo da execução do contrato, conforme necessidade.

7.25.3 As despesas eventuais, tais como deslocamentos e diárias, servem exclusivamente para que se permita eventuais verificações in loco, necessários para o desenvolvimento das atividades de apoio ao assessoramento dos Diretores, Superintendentes e outros Porta-vozes da ANTT nas viagens técnicas de interesses da Agência.

7.25.4 No que se refere à estimativa de diárias e deslocamentos, os cálculos foram fundamentados na contratação vigente, representada pelo Contrato nº 01/2023 e seus respectivos aditivos. Entretanto, devido as restrições orçamentárias impostas à ANTT pelo Decreto nº12.477/2025. Dessa forma, os quantitativos das despesas eventuais a serem contempladas no contrato foram consolidados, minimamente, conforme apresentado no quadro a seguir.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Deslocamentos aéreos	12
Diárias	42

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.468.271,30

8.1 Conforme determina o inciso VI, do art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08 de agosto de 2022, segue abaixo a estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte. Documentos : Pesquisa Contratação similares - Pleno (SEI nº 34703762); Pesquisa Contratação similares - Sênior (SEI nº 34703802); Convenção Coletiva CCT DF 000091 /2025 SINDRAD (SEI nº 34703854); Convenção Coletiva CCT DF 000042/2025 SINDISERVIÇOS (SEI nº 34703873).

Metodologia de precificação:

8.2 No procedimento de pesquisa de preços, devem ser seguidas as orientações disciplinadas na Instrução Normativa nº 65 de 07 de julho de 2021 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. Esta norma dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

8.3 No tocante às contratações de serviços deve-se também observar o que dispõe o Anexo V da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017, a qual estabelece diretrizes para elaboração do Projeto Básico ou Termo de Referência da contratação, dentre as quais inserem-se aquelas relativas à estimativa de preços e preços referenciais mencionadas no item 2.9:

2.9 Estimativa de preços e preços referenciais:

a) Refinar, se for necessário, a estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais realizados nos Estudos Preliminares;

b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensale estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;

b.2. por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares; ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, se for o caso; e

b.3. previsão de regras claras quanto à composição dos custos que impactem no valor global das propostas das licitantes, principalmente no que se refere a regras de depreciação de equipamentos a serem utilizados no serviço.

8.4 Assim sendo, a metodologia adotada na precificação do objeto da contratação é a combinação dos métodos do item 2.9 da Instrução Normativa SEGES nº 5/2017, sendo: preenchimento de planilha de custos e formação de preços; preços de licitações ou contratações similares para insumos e alguns custos de mão de obra; indicadores sociais; valores oficiais de referência; tarifas públicas e regras claras da composição de preços.

8.5 Ao fazer sua própria composição de custos por meio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a Administração garante a eficiência e transparência no processo licitatório.

8.6 Na planilha apresentada, se encontra demonstrado todos os memoriais de cálculos para cada índice e o respectivo embasamento legal. Também estão marcados os valores máximos, valores legais e valores que devem ser lançados conforme realidade da empresa. Dessa forma, os critérios de aceitação e custos são transparentes, o que garante o princípio da igualdade e uma competição justa.

8.7 O detalhamento nas planilhas também permite a rápida comparação com as planilhas apresentadas pelas licitantes para fins de aceitação.

8.9 Ao utilizar sua própria planilha, a Administração garante que os valores ali orçados equivalem de fato ao objeto licitado, pois planilhas de outros contratos trazem peculiaridades e diferenciações nos valores de vale alimentação, vale transporte e salários.

8.10 Ao utilizar sua própria planilha, a Administração também se isenta dos inúmeros erros de cálculos que as empresas cometem ao fornecer orçamento à Administração, da dificuldade em se conseguir orçamentos com empresas, e principalmente dos riscos de preços superiores aos praticados no mercado em razão de orçamentos com sobrepreço, prática comum quando as empresas tomam conhecimento que a cotação servirá como parâmetro para estabelecer o valor estimado ou máximo da licitação.

8.11 Dessa forma, a planilha de custo permitirá embasar, de forma objetiva, o julgamento das propostas segundo critério de menor preço, propiciando à Administração, especificamente ao pregoeiro, no decorrer da sessão de abertura das propostas, segurança para avaliar se os preços propostos estão realmente de acordo com os valores estimados pela Administração em suas pesquisas, preservando-se assim, o interesse público e a parcimônia no que se refere ao dinheiro público.

8.12 Portanto, considerando a ordem de prioridade estabelecida na Instrução Normativa nº 05/2017, a metodologia utilizada para estimar os valores dos serviços de apoio especializado foi o auto preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, com os parâmetros estabelecidos em Convenção Coletiva de Trabalho, regras da Instrução Normativa nº 05/2017, legislação trabalhista, fiscal e tributária vigentes, bem como por meio de pesquisa de mercado de salários de todos os insumos envolvidos, seguindo os critérios de pesquisa e análise crítica da IN 65/2021.

Preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços

8.13 Para preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, foi realizado estudo acerca da relação de cada custo (direto) unitário, pesquisando os custos da mão de obra que deve ser empregada e demais valores da planilha, bem como de todos os insumos necessários para os serviços de apoio especializado. Assim sendo, foram verificados, dentre outros, as seguintes fontes para estimativa dos custos:

a) **Postos de Assistentes Técnicos Sênior e Pleno** : CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026 - DF000042/2025, firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10, e o SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PRESTSERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DF-SINDISERVICOS/DF, CNPJ n. 00.530.626/0001-00, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº DF000042 /2025 na data de 30/01/2025, com vigência de 01/01/2025 a 31/12/2026.

b) **Postos de Assistentes Técnico Operador de Audiovisual e Fotógrafo** : CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026 - DF000091 /2025, firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10 e o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMP DE RAD E TELEV NO DF, CNPJ n. 00.628.123/0001-71, com vigência de 01/01/2025 a 31/12/2026.

c) Tarifa do transporte público da cidade de **Brasília/DF**;

d) Tributação e encargos trabalhistas e sociais: aplicados de acordo com leis específicas;

Fixação dos valores Salariais

8.14 O quantitativo de profissionais e salários a serem praticados, foram alcançados através de levantamento das necessidades da AESRIC e pesquisa no mercado, seguindo orientações da IN 61/2021 (Pesquisa de preços), de outros entes da Administração Pública Federal, realizadas considerando-se a natureza dos serviços que serão desenvolvidos pelos profissionais alocados nos postos de trabalho objeto da licitação, bem como da qualificação exigida para cada posto para o correto auxílio e assessoramento aos servidores e serviços da ANTT, expressando as necessidades no que concerne ao serviço a ser contratado, refletindo nas necessidades mínimas vislumbrando o atendimento das demandas, sem prejuízo destas.

8.15 Para os postos de trabalho de Assistente Técnico - Operador de audiovisual (CBO 3731-30) e Assistente Técnico - Fotógrafo - CBO 2618-05 foi utilizada a convenção Coletiva de Trabalho 20225/2026 dos (as) Trabalhadores(as) em Radiodifusão e Televisão terceirizados que se ativam nas empresas de prestação de serviços de limpeza, conservação ambiental, manutenção predial, trabalho temporário e serviços terceirizáveis, com abrangência territorial em DF.

8.16 Para os cargos de Assistente Técnico Sênior (CBO 4110-10) e Assistente Técnico Pleno (CBO 4110-10) optou-se por fixar os salários a serem pagos aos profissionais que prestarão os serviços em valor acima do piso, nos patamares atualmente praticados na Agência e no mercado, buscando, dessa forma, proporcionar condições para a realização dos serviços com eficiência, bem como a motivação da força de trabalho que será alocada, o que certamente influirá na produtividade e na qualidade dos serviços prestados.

8.17 Sobre o estabelecimento de salários acima do piso da categoria, o Tribunal de Contas da União manifesta-se favoravelmente conforme Acórdãos AC 614-11/2008-Plenário, AC 1024-22/2007-Plenário e AC 421-11/2007-Plenário.

Acórdão nº 614/2008 – Plenário

“A Administração pode adotar salários superiores ao piso da categoria, desde que haja justificativa técnica consistente, com base na complexidade das atividades e qualificação exigida.”

Acórdão nº 1024/2007 – Plenário

“A Administração pode fixar salários acima do piso previsto em convenções coletivas, desde que apresente justificativa técnica plausível.”

Acórdão nº 421/2007 – Plenário

“A escolha de salários acima do piso convencional é permitida, desde que haja justificativa formal no processo e previsão contratual adequada.”

8.18 Vale mencionar que, excepcionalmente, na situação relativa aos serviços de assistente técnico de nível superior, são necessários profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria.

8.19 A utilização do piso como referência geraria problemas operacionais em razão do aumento da rotatividade e da alocação de colaboradores despreparados ou não suficientemente capacitados. O que acabaria por resultar em prejuízos, em vez de economia para a Administração.

8.20 Tal argumento tem base no Anexo I da Instrução Normativa nº 05/2017, que diz:

“XXII - SALÁRIO: valor a ser efetivamente pago ao profissional envolvido diretamente na execução contratual, não podendo ser inferior ao estabelecido em Acordo ou Convenção Coletiva, Sentença Normativa ou lei. Quando da inexistência destes, o valor poderá ser aquele praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente.”

8.21 Em conjunto com o Art. 5º da mesma Instrução:

Art. 5º É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada, a exemplo de: (...)

VI - definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente; e

(...)

8.22 Nesse sentido é o entendimento do Tribunal de Contas da União, prolatado no Acórdão n.º 2582/2012 - TCU - Plenário:

"Relativamente aos contratos de execução indireta e continua de serviços:

Somente estipule valores mínimos de remuneração dos trabalhadores, nos contratos em que há alocação de postos de trabalho, quando houver necessidade de afastar o risco de selecionar colaboradores com capacitação inferior à necessária para execução dos serviços contratados;

Estabeleça os valores mínimos de que trata o subitem anterior a partir de pesquisas de mercado efetuadas previamente, de dados obtidos junto a associações e sindicatos de cada categoria profissional, e de informações divulgadas por outros órgãos públicos que tenham recentemente contratado o mesmo tipo de serviço;"

8.23 A fixação dos valores salariais para os postos em questão objetiva garantir a qualidade mínima dos serviços prestados a ANTT, com respaldo no entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU sobre o assunto, conforme Acórdão 614/2008 - Plenário. No referido Acórdão o TCU entendeu ser vedada a fixação de piso salarial para serviços que devem ser medidos e pagos por resultados, contudo: "Na contratação de mão de obra terceirizada pela Administração Pública, há que se considerar dois aspectos: a obrigatoriedade de adoção dos pisos salariais definidos em pactos laborais e a possibilidade de serem estipulados valores mínimos de remuneração com base em pesquisas de mercado calcadas em dados fidedignos obtidos junto a associações e sindicatos de cada categoria profissional e com base em informações divulgadas por outros órgãos públicos. Em cada caso concreto é que se poderá aferir se essa fixação de pisos salariais nas licitações de execução indireta de serviços pagos por disponibilidade ou baseados na locação de postos de trabalho configura-se na melhor solução para resguardar o interesse público".

Pesquisa de Preços

8.24 Quando da realização da pesquisa de mercado junto a órgãos da Administração Pública, com a finalidade de verificar os valores dos salários praticados no mercado, foram considerados os postos com atribuições similares às buscadas pela Agência. Assim, foram utilizados como referências as licitações abaixo descritas:

Pregão	UASG
CCT DF000042/2025 - SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO	
Pregão nº 90107/2024 do DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	393003
Pregão nº 90015/2024 do Ministério das Comunicações	410003
Pregão nº 90017/2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres	393001
Pregão nº 90005/2025 do Ministério dos Transportes	390004

8.25 Portanto, as licitantes, quando da elaboração de suas propostas, deverão observar os seguintes patamares salariais mínimos para os postos de trabalho, calculados pela média dos salários da amostra:

POSTO	ÓRGÃO	Instrumento (Pregão)	Salário (R\$)	Média Salário (R\$)	Salário do Contrato vigente nº 01/2023 c/ reajuste dos Assistentes Pleno/Sênior (R\$)	Observação
	DNIT - DEPARTAMENTO					

Assistente Técnico Pleno	NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	90107/2024	7.617,36	7.544,91	8.786,37	Salário do contrato vigente superior à média praticada em contratos similares da Administração Pública.
	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	90015/2024	7.500,00			
	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	90005/2025	7.868,08			
	ANTT	90017/2024	7.194,21			
Assistente Técnico Sênior	DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	90107/2024	10.551,92	10.637,96	11.003,35	Salário do contrato vigente superior à média praticada em contratos similares da Administração Pública
	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	90015/2024	10.700,00			
	ANTT	90017/2024	10.661,95			

ASSISTENTE TÉCNICO - OPERADOR DE AUDIOVISUAL
Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001- 10, e o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMP DE RAD E TELEV NO DF, CNPJ n. 00.628.123/0001-71, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº DF000091 /2025 na data de 18/02/2025, com vigência de 01/01/2025 a 31/12/2026;
PISO SALARIAL - R\$ 6.993,16

ASSISTENTE TÉCNICO - FOTÓGRAFO
Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, firmada entre o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOSTERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001- 10, e o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMP DE RAD E TELEV NO DF, CNPJ n. 00.628.123/0001-71, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº DF000091/2025 na data de 18/02/2025, com vigência de 01/01/2025 a 31/12/2026;
PISO SALARIAL - R\$ 7.667,30

8.26 Com base na pesquisa de preços realizada nos termos da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**, verificou-se que os valores de mercado referentes aos salários de **Assistente Técnico Pleno** e **Assistente Técnico Sênior** foram ajustados, para a nova contratação, de acordo com a média praticada em contratos similares.

8.27 Para os postos de **Assistente Técnico – Operador de Áudio e Vídeo** e **Fotógrafo**, adota-se o piso salarial das respectivas categorias, conforme previsto na **Convenção Coletiva de Trabalho** e em atendimento à legislação vigente.

8.28 Dessa forma, entende-se que essa decisão se mostra adequada, garantindo a continuidade do serviço com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro, em conformidade com os princípios de vantajosidade e eficiência, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

Estabelecimento de Salários Mínimos

8.29 Sobre o estabelecimento do salário, uma vez que este estudo toma por base a remuneração estipulada, e além das referências de preços mencionados acima, vale frisar a justificativa com o voto do Ministro Marcos Vileça ao tratar do assunto no voto condutor do Acórdão nº. 256/2005 - TCU Plenário, assim se manifestou, in verbis:

"5. Ao contrário, poderia-se até afirmar que o estabelecimento prévio de uma referência para os salários a serem pagos aos empregados diminui o grau de incerteza das empresas na composição de seus custos e na segurança da disponibilidade de mão-de-obra qualificada disposta a trabalhar por aquela remuneração, o que pode funcionar como um atrativo ao comparecimento de mais interessadas ao certame:

[...].

15. Como toda empresa capitalista visa à maximização de seus lucros, com certeza as empresas fornecedoras de mão-de-obra se sentiriam tentadas a aumentar seus ganhos através da diminuição dos salários pagos aos seus empregados, que, como não podemos esquecer, constituem o mais importante custo desse tipo de contrato. O pagamento de salários mais baixos tende, naturalmente, à seleção das pessoas menos capacitadas ou, no mínimo, contribui para o descontentamento dos contratados, afetando a sua eficiência e produtividade. Em qualquer dessas hipóteses a administração restará como a maior prejudicada, apesar de, a princípio, ter se beneficiado de custos mais baixos."

8.30 Esse entendimento foi corroborado pelo Ministro Guilherme Palmeira, no voto que orientou o Acórdão nº. 1327/2006 - TCU Plenário, in verbis:

"Ao reverso, penso que, na esteira do entendimento esposado pelo eminente Ministro Marcos Vilela no voto condutor do Acórdão 256/2005 - TCU - Plenário, a fixação prévia de uma referência para a remuneração a ser paga aos empregados reduz a incerteza das empresas no estabelecimento de seus custos e a insegurança quanto à disponibilidade de mão-de-obra qualificada disposta a trabalhar por aquela remuneração. Isso, de certo modo, pode funcionar como um atrativo ao comparecimento de mais interessadas ao certame."

8.31 Da mesma forma, o Ministro Augusto Nardes, manifestou-se sobre a possibilidade da fixação salarial no Acórdão nº. 332/2010 - TCU Plenário, in verbis:

"17. Não é só o princípio da eficiência insculpido no art. 37, caput, da Constituição Federal que obriga a consideração desse fato. A própria Lei 8.666/1993, em seu art. 44, § 3º, veda que se admitam propostas contendo salários incompatíveis com o mercado, dispositivo que, de resto, vem sendo expressamente referido nas discussões efetuadas sobre esse tema. Por exemplo, em seu voto revisor que levou ao Acórdão Plenário 614/2008, o ilustre Ministro Marcos Bemquerer Costa pontuou que "tanto o inciso X do art. 40 quanto o § 3º do art. 44 buscam o alcance da proposta mais vantajosa para a Administração Pública: o primeiro foca-se na questão da economicidade, o segundo enfatiza a necessidade de que o órgão contratante adote como referência valores de insumos e de mão de obra compatíveis com o padrão médio adotado pelo mercado, de tal forma a garantir o nível de qualidade do serviço orçado". a) Acórdão nº 823/2014 - Plenário - Relatora Ministra Ana Arraes: ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts.235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno, e/e o art. 113, §1º, da Lei 8.666/1993, e no art. 250, inciso I, do Regimento Interno, e ante as razões expostas pela relatora, em:

conhecer da representação e considerá-la parcialmente procedente;

dar ao ITI ciência de que, no pregão eletrônico 9/2013, que tratou da contratação de serviço especializado de atendimento e suporte técnico presencial aos usuários do Instituto, as ações da pregoeira e de sua equipe na condução do certame caracterizaram indevida fixação de salários no instrumento convocatório, em Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES Edital de Pregão Eletrônico 04/2018 - Apoio Administrativo desacordo com o art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993, com o art. 7º, II, da Instrução Normativa SLTI /MPOG 4/2010 e com a jurisprudência do TCU (acórdãos 614/2008, 2.647/2009 e 1.612/2010, todos do Plenário), eis que a fixação de remuneração mínima no edital somente é cabível, com restrições, nos casos de terceirização de mão de obra com alocação de postos de trabalho, sendo vedado tal procedimento quando os serviços prestados pelo contratado devam ser medidos e pagos por resultado;"

8.32 Assim, entende-se como mais vantajoso para a ANTT a adoção de valores mínimos para os salários dos profissionais de maneira a atingir nível suficiente de preparo e capacitação, bem como manter a rotatividade em um patamar mais baixo, que não cause prejuízos significativos ao funcionamento da Instituição.

8.33 Quanto as estimativas de preços por postos, estas deverão seguir os parâmetros de pesquisa de preços definidos pela Instrução Normativa nº 65 /2021 de 7 de julho de 2021. Com os devidos cálculos de médias aritméticas e documentação comprobatória dos valores referenciais encontrados.

8.34 Fundamenta-se ainda na Instrução Normativa nº 65/2021 de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, bem como em estudos sobre a jurisprudência do Tribunal de Contas da União acerca do tema ressaltando a utilização da média para serviços similares.

Valor máximo da Contratação

8.35 Conforme Planilha de Custos e Formação de Preços estimativos SEI nº (xxx), foi apurado que o valor estimado e máximo da contratação para 12 (doze) meses é de R\$ 2.468.271,30, conforme quadro resumo abaixo:

8.36 A memória de cálculo de cada posto de trabalho encontra-se discriminado na Planilha de Custos de Formação de preços, tendo sido consolidada no quadro abaixo:

QUADRO RESUMO

DESPESAS FIXAS					
ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	QTD DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO DO POSTO R\$	VALOR MENSAL DO POSTO R\$	VALOR ANUAL R\$
1	Assistente Técnico Sênior	4	R\$ 22.274,40	R\$ 89.097,60	R\$ 1.069.171,20

2	Assistente Administrativo Pleno	4	R\$ 16.081,35	R\$ 64.325,40	R\$ 771.904,80
3	Assistente Técnico - Operador Audiovisual	2	R\$ 15.280,16	R\$ 30.560,32	R\$ 366.723,84
4	Assistente Técnico - Fotógrafo	1	R\$ 16.629,95	R\$ 16.629,95	R\$ 199.559,40
VALOR TOTAL DAS DESPESAS FIXAS				R\$ 200.613,27	R\$ 2.407.359,24

8.37 Quanto a apuração do valor médio da **despesas eventuais** a serem comportadas no contrato segue os critérios abaixo:

8.37.1 UD 1 – DESLOCAMENTO AÉREO

8.37.1.1 Para a apuração do valor médio da UD1 foram cotados preços médios de passagens aéreas, considerou-se o valor médio dos deslocamentos ocorridos no último ano de vigência contratual, conforme tabela do item 6.7.5. desse ETP.

8.37.1.2 Para composição da planilha de preços foi considerado o Valor unitário Estimado de R\$ 3.341,89 além de todas as despesas eventuais que deverão ser acrescidas pela Empresa além das Despesas Fiscais.

PLANILHA ESTIMATIVA PARA O CUSTO DOS DESLOCAMENTOS			
1	DESCRIÇÃO		Valor (R\$)
	Valor estimado do bilhete		R\$ 3.341,89
	Total		
2	Custos Indiretos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	3,00%	R\$ 100,26
B	Lucro	3,00%	R\$ 103,26
	TOTAL – CUSTOS INDIRETOS E LUCRO		
3	Tributos	%	Valor (R\$)
	PIS	0,65%	R\$ 21,72
	COFINS	3,00%	R\$ 100,26
	ISS	5,00%	R\$ 167,09
	TOTAL - TRIBUTOS	8,65%	R\$ 289,07
	VALOR TOTAL PARA 01 (UM) BILHETE		R\$ 3.630,96

8.37.1.3 Desta forma, o valor de referência apurado para cada deslocamento é de R\$ 3.630,96 (três mil, seiscentos e trinta reais e noventa e seis centavos). Como foram estimadas 12 deslocamentos para a contratação, o valor total dessa despesa será de R\$ 43.571,52 (quarenta e três mil, quinhentos e setenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

8.37.2 UD 2 – DIÁRIAS

8.37.2.1 Os valores atribuídos para as diárias são referenciais e foram obtidos com referência nos valores dispostos no Decreto nº 11.872 /2023, tendo em vista nas convenções coletivas consultadas para as categorias profissionais constantes da equipe mobilizada não dispõem de tais informações, sendo:

Tabela – Decreto nº 5.592/2006 (atualizada pelo Decreto nº 11.872/2023) no valor de **R\$ 380,00 (trezentos e quarenta e um reais e dois centavos) por diária.**

8.37.2.2 Para composição da planilha de preços foi considerado o Valor unitário Estimado de R\$ 380,00 por diária, além de todas as despesas eventuais que deverão ser acrescidas pela Empresa além das Despesas Fiscais.

PLANILHA ESTIMATIVA PARA O CUSTO DAS DIÁRIAS			
1	VALOR DA DIÁRIA		Valor (R\$)
	Diária		R\$ 380,00
	Total		
2	Custos Indiretos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	3,00%	R\$ 11,40
B	Lucro	3,00%	R\$ 11,74
	TOTAL – CUSTOS INDIRETOS E LUCRO		
3	Tributos	%	Valor (R\$)

	PIS	0,65%	R\$	2,47
	COFINS	3,00%	R\$	11,40
	ISS	5,00%	R\$	19,00
	TOTAL - TRIBUTOS	8,65%	R\$	32,87
	VALOR TOTAL PARA 01 (UMA) DIÁRIA		R\$	412,87

8.37.2.3 Desta forma, o valor de referência apurado para cada diária é de R\$ 412,87 (quatrocentos e doze reais e oitenta e sete centavos). Como foram estimadas 42 diárias para a contratação, o valor total dessa despesa será de R\$ 17.340,54 (dezessete mil, trezentos e quarenta reais e cinquenta e quatro centavos).

8.38 O valores estimados para a contratação foram consolidados no quadro resumo abaixo:

QUADRO RESUMO					
DESPESAS FIXAS					
ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	QTD DE POSTOS	VALOR UNITÁRIO DO POSTO R\$	VALOR MENSAL DO POSTO R\$	VALOR ANUAL R\$
1	Assistente Técnico Sênior	4	R\$ 22.274,40	R\$ 89.097,60	R\$ 1.069.171,20
2	Assistente Administrativo Pleno	4	R\$ 16.081,35	R\$ 64.325,40	R\$ 771.904,80
3	Assistente Técnico - Operador Audiovisual	2	R\$ 15.280,16	R\$ 30.560,32	R\$ 366.723,84
4	Assistente Técnico - Operador Audiovisual	1	R\$ 16.629,95	R\$ 16.629,95	R\$ 199.559,40
VALOR TOTAL DAS DESPESAS FIXAS				R\$ 200.613,27	R\$ 2.407.359,24
DESPESAS EVENTUAIS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD (12 MESES)	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR ANUAL R\$
5	Deslocamento Aéreo	12	R\$ 3.630,96	-	R\$ 43.571,52
6	Diárias	42	R\$ 412,87	-	R\$ 17.340,54
SUBTOTAL DAS DESPESAS EVENTUAIS				-	R\$ 60.912,06
VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO PARA 12 (DOZE) MESES (DESPESAS FIXAS+EVENTUAIS)					R\$2.468.271,30

8.39 Sendo assim, o valor de referência apurado para contratação de 11 (onze) postos de trabalho e despesas eventuais para o período de 12 (doze) meses é de R\$ 2.468.271,30 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e trinta centavos). Assim, como o preço anual da contratação encontra-se dentro da verba prevista na Deliberação nº 18, de 27 de janeiro de 2025 Sei nº (30702480), publicado em 4 de fevereiro de 2025 - PCA 2025, temos que a presente proposta está condizente com o limite estabelecido no orçamento vigente da ANTT.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O parcelamento do objeto de uma contratação visa, em regra, ampliar a competitividade do certame e permitir maior participação de fornecedores especializados em partes específicas do objeto. No entanto, após análise técnica e econômica detalhada, concluiu-se que o parcelamento da solução proposta não é aplicável no caso da contratação dos serviços especializados, uma vez que os trabalhos desenvolvidos são interdependentes e interdisciplinares.

9.2 Por outra perspectiva, a contratação em lote único centraliza, sincroniza, aprimora e otimiza as estruturas administrativas e gerenciais da equipe, convertendo-se em eficiência administrativa, operacional e econômica da contratação, justificando-se a opção de não parcelamento do objeto, ou seja, da contratação em lote único.

9.3 Os serviços a serem prestados pela futura contratada referem-se aos projetos como um todo e serão utilizados pelas várias coordenações da AESRIC. Este compartilhamento permitirá à Assessoria ter condições de aproveitar ao máximo toda a informação produzida.

Justificativa Técnica

a) **Natureza Integrada dos Serviços:** Os serviços contemplados no objeto possuem caráter complementar e interdependente. O desmembramento em itens ou lotes distintos dificultaria a gestão contratual, já que a interação constante entre as atividades especializadas bucam o atendimento das necessidades institucionais da ANTT.

b) **Gestão Unificada de Mão de Obra:** A execução do objeto demanda um planejamento integrado de alocação de mão de obra e supervisão, o que é melhor atendido por um único contratado. O parcelamento criaria dificuldades na coordenação entre diferentes empresas, aumentando o risco de falhas operacionais, como sobreposição de responsabilidades e descontinuidade de serviços.

c) **Padrão de Qualidade:** A unificação dos serviços sob a responsabilidade de um único contratado favorece a implementação de padrões de qualidade homogêneos e a uniformização de processos administrativos, promovendo maior eficiência na execução do contrato. No modelo parcelado, cada fornecedor poderia adotar práticas distintas, comprometendo a consistência e a qualidade geral dos serviços de apoio especializado.

Justificativa Econômica

a) **Redução de Custos Administrativos:** à fiscalização, acompanhamento e controle, evitando duplicidade de esforços e despesas. No caso de parcelamento, seria necessário gerenciar múltiplos contratos, o que resultaria em maior complexidade operacional e aumento dos custos indiretos para a Administração.

b) **Economia de Escala:** A contratação unificada permite que a empresa vencedora otimize seus recursos, aproveitando economias de escala para reduzir os custos globais. No modelo parcelado, os fornecedores tenderiam a repassar custos adicionais para a Administração, como despesas com logística, supervisão e infraestrutura duplicadas.

c) **Mitigação de Riscos Financeiros:** O parcelamento poderia levar à participação de empresas com menor capacidade econômico-financeira para atender partes do objeto, aumentando o risco de inadimplência ou interrupção contratual. A contratação unificada assegura maior robustez financeira e operacional do fornecedor, garantindo estabilidade na prestação dos serviços.

9.4 Importante esclarecer que é notório e sabido que as empresas prestadoras deste tipo de serviço, estão preparadas para atender em um único contrato todos os serviços, o que não ocasionaria restrição da competição em caso de parcelamento e sim aumentaria o custo operacional. Esta simples análise nos leva a declarar a necessidade de não parcelamento do objeto, buscando otimizar a prestação dos serviços e garantir eficiência e ganho em escala.

9.5 Dessa forma, a decisão de não aplicar o parcelamento do objeto é respaldada por aspectos técnicos e econômicos, pois a fragmentação dos serviços comprometeria a eficiência, a qualidade e a economicidade da contratação. A abordagem unificada atende de forma completa às necessidades da ANTT, assegurando a continuidade e a excelência dos serviços, ao mesmo tempo em que promove a racionalização na alocação dos recursos públicos e simplifica os processos de gestão contratual.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Como contratação correlata, destaca-se o atual Contrato, nº 01/2023, Processo nº 50500.294621/2022-03 de mesmo objeto, que será substituído diante da formalização da nova contratação proposta. Entretanto, embora exista contrato vigente com o mesmo objeto, não será necessária a promoção da transição contratual pelas contratadas, com a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, em razão das características dos serviços a serem executados.

10.2 Cumpre ressaltar que não se configuram contratações interdependentes em relação a esta contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A ANTT tem o dever de alinhar suas proposta de contratação com seus planos organizacionais, o que evita contratações desalinhadas com os objetivos estratégicos estabelecidos e gastos em demasia com iniciativas pouco produtivas para a instituição. Em sua missão de regular, supervisionar e fiscalizar as atividades relacionadas à prestação de serviços de transportes terrestres e de exploração da infraestrutura rodoviária e ferroviária outorgada, o suporte da área-meio torna-se vital para atingir os diversos objetivos, indicadores e metas que, efetivamente atingidos, asseguram a sustentabilidade de missão institucional da ANTT.

11.2. Assim, a equipe de planejamento constatou a necessidade de contratação de assistentes técnicos para assessoramento de servidores e chefias, no auxílio em suas atribuições e, conseqüentemente, no alcance da missão institucional. Nesse tocante, o planejamento da contratação de serviços de assessoramento técnico objetiva dar suporte aos servidores e gestores nas suas rotinas administrativas diárias.

11.3. Dessa forma, a contratação pretendida, de natureza continuada, está alinhada com o Planejamento Estratégico, pois, as atividades objeto da contratação não estão contempladas dentre as atividades inerentes aos cargos existentes no quadro geral de pessoal desta Agência Reguladora.

11.4 A contratação visa atender necessidade permanente e contínua, uma vez que, interrompido poderá limitar as atividades desenvolvidas pela área de comunicação. Encontra amparo no Plano Estratégico Institucional, no âmbito do Objetivo Estratégico nº 12 - Aperfeiçoar a articulação, integração e colaboração interna. <https://www.gov.br/anttp/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-estrategico-e-plano-de-gestao-anual-pga/PlanoEstrategicoVersoFinal11.pdf>

11.5 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos da Deliberação nº 18, de 27 de janeiro de 2025, item 1.2, o item está previsto na mencionada Deliberação como prorrogação do contrato nº 01/2023, cujos recursos estão sendo utilizados para atender às despesas pactuadas no 5º termo aditivo, firmado para estender a vigência no período de 01/02/2025 até 01/02/2026. Contudo, a empresa atualmente contratada apresentou a recente dificuldade no cumprimento das obrigações pactuadas no Contrato nº 01/2023 Sei nº (15102611) Processo nº (50500.294621/2022-03), o que eleva significativamente os riscos de encerramento antecipado da contratação e a consequente descontinuidade dos serviços, justificando a necessidade de formalizar um novo contrato. A Deliberação nº 18, de 27 de janeiro de 2025 Sei nº (30702480) e está disponível no link: https://anttlegis.anttp.gov.br/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=DLB&numeroAto=00000018&seqAto=000&valorAno=2025&orgao=DG/ANTT/MT&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=5408&cod_modulo=161&pesquisa=true

11.6 Entretanto, em razão da atual situação da empresa contratada, no âmbito dos processos nº 50500.010652/2025-56, nº 50500.022509/2025-15 e nº 50500.027464/2025-67 de verificação da aplicação de sanções, entendeu-se pela necessidade da realização de nova contratação, assim, o item será modificado/adaptado na próxima revisão do PCA 2025 da ANTT.

11.7 O objeto da contratação também está em conformidade com o Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS da ANTT (2024-2027), Sei nº (34543066), e também disponível no portal da ANTT <https://www.gov.br/anttp/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/programa-prorev/ciclo-esg-1/plano-diretor-de-logistica-sustentavel-PLS-%202024-2027/copy4_of_PlanDiretordeLogsticaSustentvelPLS.pdf>.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Com a contratação, espera-se assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços de apoio à comunicação institucional, essenciais para o fortalecimento da imagem da ANTT junto à sociedade e aos diversos públicos de interesse. A medida contribuirá para o aperfeiçoamento das estratégias de divulgação, transparência e relacionamento institucional, promovendo uma comunicação mais eficiente, alinhada às diretrizes da Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação. Além disso, a manutenção desses serviços possibilita maior agilidade no atendimento das demandas internas e externas, garantindo suporte técnico especializado e contribuindo para o cumprimento dos objetivos estratégicos da Agência.

12.2 Dentre os resultados, espera-se o incremento da capacidade de condução sistêmica da comunicação institucional da Agência Nacional de Transportes Terrestres, hoje marcada pela limitação de recursos humanos exigidos para o bom desempenho de suas funções técnicas, aumentando o valor agregado pelas ações de comunicação institucional.

12.3 Além disso, pretende-se alcançar os seguintes benefícios gerais: melhor produtividade e agilidade nos processos; celeridade, realização de forma especializada da execução de atividades meramente rotineiras; continuidade dos serviços atualmente prestados; otimização e modernização dos procedimentos de rotina e atendimento a todos os preceitos legais vigentes.

12.4 Nesse sentido, entende-se que é possível realizar um maior número de projetos com um custo proporcionalmente menor graças à maior eficácia e celeridade no funcionamento do projeto, em função do suporte dos serviços de assessoramento.

12.5 Assim, potencializa-se um melhor aproveitamento dos recursos materiais e do trabalho dos servidores da área, uma vez que estes poderão concentrar seus esforços nas atividades-fim para gerar resultados superiores com recursos materiais proporcionalmente menores, dado o suporte realizado pela rede de auxiliares e assessoramento. Além disso, o assessoramento gera um ambiente de maior controle que proporciona um melhor aproveitamento dos recursos, prevenindo desperdícios e, dessa forma, gerando maior economicidade.

12.6 Esses resultados são fundamentais para a otimização das atividades da instituição, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz, em benefício da qualidade dos serviços oferecidos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Considerando que os serviços já são prestados no âmbito da ANTT, não será necessária uma adaptação do ambiente organizacional. No entanto, melhorias pontuais poderão ser solicitadas pela equipe de gestão e fiscalização do contrato ao longo da vigência contratual para a alocação dos postos, devendo ser providenciadas a estrutura física e tecnológica necessárias para os prestadores de serviços. Considerando que as atividades provenientes dessa contratação não necessitam de qualificação especial, além das que já estão previstas nesse Estudo Técnico Preliminar e esperadas dos funcionários investidos nas suas funções, não será necessária nenhuma capacitação específica, exceto àquelas relacionadas à prestação dos serviços. Importante ressaltar, que será designada uma equipe de servidores da Assessoria Especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação (AESRIC) para atuar diretamente na fiscalização e gestão do contrato. Esta equipe será composta por profissionais com experiência e conhecimento na área especializada, a fim de garantir a execução conforme o estabelecido, mitigando riscos e eventuais desvios.

13.2 Por fim, quando possível, será solicitado treinamentos específicos sobre as normas e procedimentos aplicáveis à gestão de contratos administrativos, com foco na Lei nº 14.133/2021, incluindo suas atualizações e as melhores práticas para a fiscalização efetiva.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A contratação de serviços terceirizados para sede da ANTT em Brasília/DF pode gerar impactos ambientais indiretos, decorrentes das atividades cotidianas dos prestadores e do uso de recursos materiais e energéticos, tais como:

- Produção de resíduos comuns (papel, embalagens plásticas, copos descartáveis) durante a execução dos serviços administrativos e de recepção.
- Potencial descarte inadequado de resíduos recicláveis ou não recicláveis.
- Uso excessivo de energia elétrica e água durante o funcionamento das instalações e no desempenho das atividades diárias.
- Consumo de materiais descartáveis, como papel, impactando diretamente o uso de recursos florestais.
- Emissões indiretas relacionadas ao deslocamento dos trabalhadores e ao transporte de materiais ou insumos necessários às atividades.

14.2 Entretanto, a ANTT, a empresa, e os colaboradores deverão observar as boas práticas como medida de tratamento ou mitigação, como exemplo:

- Implementação de pontos de coleta seletiva em todas as unidades atendidas pela contratação, incentivando a separação e destinação adequada de resíduos recicláveis e não recicláveis.
- Incentivo ao uso de materiais reutilizáveis, como canecas e copos permanentes, em substituição a itens descartáveis.
- Adotar práticas de digitalização de documentos e incentivo à impressão consciente, utilizando preferencialmente papel reciclado ou com certificação ambiental.
- Campanhas internas para conscientização sobre o uso eficiente de equipamentos elétricos, como o desligamento de computadores e luzes em períodos de inatividade. Instalação de dispositivos economizadores, como torneiras com temporizadores ou arejadores, nas dependências da instituição.
- Incentivar os prestadores a utilizar transporte público ou formas alternativas, como bicicletas, para reduzir apegada de carbono associada ao deslocamento.
- Planejamento racional do transporte de insumos, buscando minimizar viagens e emissões associadas.
- Inclusão de treinamentos sobre práticas sustentáveis e responsabilidade ambiental, com foco na minimização de impactos ambientais durante o desempenho das atividades.
- O uso eficiente de energia, água e materiais pode gerar economia financeira para a Administração, promovendo a economicidade sem prejuízo à qualidade do serviço.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Como o objeto o presente estudo não se encaixa nas vedações do Decreto n.º 9.507, de 21 DE setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União; seu valor pode ser estimado, conforme os preceitos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, regulamentado na IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021; e por existirem diversas empresas do ramo de terceirização, que atuam no mercado da capital federal; declaramos ser viável a citada contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LIVIA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 15/08/2025 às 10:52:26.

LUIS ALBERTO DE AQUINO AGRA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 18/08/2025 às 10:00:05.